Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 712 - 767, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2020.v16i29.12500

TERRA, VIOLÊNCIA E CONFLITO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA:
Tensões territoriais na ruptura política (2015-2019)

LAND, VIOLENCE AND CONFLICT IN THE BRAZILIAN TERRITORIAL FORMATION:
Territorial tensions in the political break (2015 – 2019)

TIERRA, VIOLENCIA Y CONFLICTO EN LA FORMACIÓN TERRITORIAL BRASILEÑA:
Tensiones territoriales en la Ruptura Política

Carlos Walter Porto-Gonçalves, Pedro Catanzaro da Rocha Leão

RESUMO

O presente artigo analisa a violência no campo ao longo de nossa formação histórico-geográfica, sobretudo no período da Ruptura Política (2015-2019). O objetivo é entender a violência que aumentou significativamente na atual conjuntura. Para isso, lançamos mão de uma periodização da história de larga duração que nos habita, desde o encobrimento/descobrimento das Américas à atualidade, mostrando como a violência se apresenta de modo estrutural na conformação das relações sociais e de poder na sociedade brasileira. Em seguida, passamos a uma análise empiricamente documentada de como esse processo vem se dando desde os anos 1980, com base (1) no modo como as terras são usadas; e (2) na análise dos conflitos no campo através dos dados da CPT. Por fim, discutimos a centralidade e a atualidade da questão (da reforma) agrária no Brasil.

Palavras-chave: Terra, Território, Violência, Conflito, Ruptura Política

ABSTRACT

The present paper analyzes violence in the countryside throughout our history, especially in the period of the Political Rupture between 2015 and 2019. The purpose is to understand the violence that has increased in the current situation. Thus, it makes use of a periodization of the long-lived history that inhabits us, from the cover-up / discovery of the Americas to the present days, showing how violence is a structuring factor in shaping social relations and power in Brazilian society. Then we move on to a continuous and empirically documented analysis of how this process has been going on since the 1980s, based on (1) the way land is used; and (2) in the analysis of conflicts in the field through CPT data. Finally, the debates about the centrality and the topicality of the agrarian - land reform - issue in Brazil.

Key-words: Land, Territory, Violence, Conflict, Political Break

RESUMEN

Este artículo analiza la violencia en el campo a lo largo de nuestra formación histórico-geográfica, especialmente en el período de ruptura política (2015-2019). El objetivo es comprender la violencia que ha aumentado significativamente en la situ-

ación actual. Por lo tanto, utilizamos una periodización de la larga historia que nos habita, desde el encubrimiento / descubrimiento de las Américas hasta el presente, que muestra cómo la violencia se presenta de manera estructural en la configuración de las relaciones sociales y de poder en la sociedad brasileña. Luego pasamos a un análisis empíricamente documentado de cómo este proceso ha estado sucediendo desde la década de 1980, basado en (1) la forma en que se usa la tierra; y (2) en el análisis de conflictos en el campo a través de datos de CPT. Finalmente, discutimos la centralidad y actualidad del tema agrario (reforma) en Brasil.

Palabras-clave: Tierra, Territorio, Violencia, Conflicto, Ruptura Política

Dedicamos esse artigo a Elisabete Teixeira, das Ligas Camponesas, por continuar nos inspirando.

Esse trabalho é parte da pesquisa Geografia dos Conflitos no Campo Brasileiro, desenvolvida no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidade (LEMTO-UFF), que conta com apoio do CNPq.

Introdução

"Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias.
Deus, mesmo se vier, que venha armado"

Guimarães Rosa

Nesse artigo analisamos a geografia da violência no campo brasileiro. O objetivo é entender a violência que, constatamos, aumentou de modo significativo na conjuntura atual. Para isso, submetemos ao leitor, ainda que brevemente, uma caracterização do significado da violência na formação territorial brasileira na medida em que entendemos que essa violência se inscreve como parte de uma história de larga duração que nos habita.

Assim, a violência é a questão central desse artigo. A violência é uma questão que parece auto evidente e que, talvez por isso, escape de uma conceituação. A violência, por sua presença cada vez maior no nosso cotidiano, exige o esforço de ser compreendida em suas variadas dimensões. Trata-se de uma questão multidimensional que exige um

amplo trabalho, necessariamente interdisciplinar e intercultural. O que oferecemos ao leitor é o tratamento da violência tal como ela vem se dando no campo brasileiro[1].

A violência atravessa as ciências sociais, mesmo quando não se a tematiza. Por exemplo, quando se invoca a prerrogativa do monopólio da violência legítima por parte do estado, quase sempre se olvida que a legitimidade invocada não a elimina, simplesmente institucionaliza-a, o que implicaria admitir que a violência constitui o estado. A legitimidade invocada para o que estado detenha o monopólio da violência não se dá por decreto, mas, sim, precisa ser construída no dia a dia onde pode ou não obter a adesão voluntária de cada quem. A hegemonia, sabemo-lo desde Gramsci, afirma-se com um pé na coerção e outro na persuasão (Gramsci, 1987). A coerção é, em si mesma, violência e, como tal, não basta para que afirme hegemonia. Assim, abre-se espaço para o imponderável, para a dialética aberta da história por onde medra o processo instituinte onde, inclusive, a violência se faz presente de todos os lados. Afinal, como afirmara P. Bourdieu, é da natureza da realidade social a luta permanente para dizer o que é a realidade social, inclusive, que violência é legítima ou não.

Há uma espécie de senso comum científico, perdoem-nos o aparente paradoxo, em que existiria uma natureza humana marcada pela agressividade, pela luta de todos contra todos, pela pulsão de morte, que teria em Hobbes seu melhor formulador e, de outro lado, que haveria uma propensão inata do homem à bondade, ao espírito gregário, à ajuda mútua que teria em J-J. Rousseau seu melhor intérprete. Sem termos a pretensão nessa nota introdutória de esgotarmos uma questão tão complexa, queremos marcar uma posição que atravessará todo nosso artigo e que recusa essa antagonização entre agressividade e bondade, entre darwinismo social e ajuda mútua, entre pulsão de vida e pulsão de morte, aliás como fizeram P. Kropotkin e S. Freud. O geógrafo russo Piotr Kropotkin, darwinista assumido, desenvolveu uma obra de fôlego para criticar a redução das teorias de seu grande mestre à simplificação da ideia da luta do mais forte, da luta pela sobrevivência, que, segundo ele, lamentavelmente teria se difundido como "darwinismo social". Para o geógrafo russo haveria uma relação entre a luta pela sobrevivência e a ajuda mútua, caso contrário não se compreenderia a história da natureza e a história humana (Kropotkin, 2012 [1921]). Assim, haveríamos de admitir que

1 Nossas fontes principais de referência para o tema da violência são Pierre Clastres, Barrington Moore, Piotr Kropotkin. W. Reich e S. Freud, esse último em companhia de Joel Birman, Renato Mezan e Casenza. Ver bibliografia.

a violência nos constitui e que superá-la é uma aposta necessária, mas sem nenhuma garantia, já que nos constitui. Assim, a violência adquire formas históricas e se instaura até mesmo nas instituições que se querem civilizadas, como no estado. Quanta violência atravessa a história dessa instituição! Além de admitirmos que a violência atravessa as relações sociais e de poder em geral é preciso afirmar que a violência que emerge entre os grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração em busca da superação dessa situação também se quer legítima. E apressemo-nos a chamar à responsabilidade tal constatação filosófica e científica para não banalizarmos uma raiva que se quer digna (digna rabia, em espanhol). Afinal, essa dignidade necessita legitimidade a ser conseguida no terreno movediço da história, portanto, cheio de riscos.

Nesse artigo a violência aparecerá sobretudo no controle, por uma oligarquia, da terra enquanto condição de produção e reprodução da vida. Em torno dessas relações sociais e de poder no controle da terra, e tudo que ela implica enquanto metabolismo da vida, se afirma uma das mais injustas e desiguais estruturas sociais com seus latifúndios e latifundiários e, de outro lado, uma série de estratégias também violentas de rebeldia, revoltas, rebeliões e revoluções.

Do ponto de vista teórico, nossa análise se funda no conceito de formação territorial, conceito que se desdobra de outro, o de formação social, onde privilegiamos na compreensão da formação social brasileira o processo de ocupação/formação territorial enquanto processo desigual e combinado na geografia do território brasileiro. Ao privilegiarmos a formação territorial tomamos o território como o conceito-chave compreendido como uma tríade - território, territorialidade e territorialização. Enfim, o modo como as relações sociais e de poder foram se constituindo no processo de apropriação das condições materiais de produção-reprodução da vida de modo desigual e combinado no território brasileiro (Prado Jr, 1961).

Nessa análise, a terra, aqui entendida em seu sentido amplo enquanto o conjunto de condições metabólicas de reprodução da vida (terra-solo, água, fotossíntese, a cadeia alimentar flora-fauna e suas relações biota-biocenose, minérios) ganha destaque enquanto condição central das relações sociais e de poder que conformam os blocos históricos de poder (Gramsci, 1987). Apesar da enorme extensão territorial do Brasil, o 5º maior país do mundo, a terra é um bem escasso em função da sua enorme concentração fundiária o que permite que caracterizemos a sociedade brasileira como uma sociedade oligárquica. Assim, a escassez de terras entre nós não tem nada de natural. E, mais, na instituição imaginária da sociedade brasileira essa mesma enorme extensão territorial

se configura como uma fronteira permanentemente aberta cuja ocupação nos afirmaria enquanto nação (Holanda, 1957 e Velho, 1979). Assim, haveria uma violência civilizatória que se faria com personagens conquistadores do território, heróis nacionais, como os capitães do mato que caçavam índios ou "negros fujões", como colonizadores, como garimpeiros, como bandeirantes, hoje atualizados como "grileiros", "paulistas" e "gaúchos", acompanhados por grandes grupos financeiros multinacionais.

Enquanto "conquista do Oeste" nossa formação territorial teve práticas comuns ao Far West da formação territorial dos EEUU como, por exemplo, o massacre de indígenas. No entanto, ao contrário da formação da sociedade norte-americana, aqui foi a concentração fundiária que forjou nossa formação territorial, enquanto lá o homestead act garantiu uma democratização do acesso à terra aos brancos que a ocupassem e por ela se pagava um preço simbólico. Talvez isso explique porque o liberalismo norte-americano seja democrático, alguns até o consideram de esquerda, enquanto em nossa formação social o liberalismo seja conservador. Afinal, por aqui não se trata apenas de defender a propriedade individual, como o faz a ideologia liberal, mas sim da defesa da grande propriedade, o latifúndio. A geografia social nos ajuda a compreender certas coisas, como se vê.

Nossa formação social é marcada, pois, por uma das maiores concentrações de terra que, com seus latifúndios, é um poderoso instrumento de poder por parte das classes dominantes. E, mais, sendo o Brasil o maior país tropical do mundo, a concentração de terra, e tudo que isso implica em termos metabólicos, implica também concentração de energia solar na exata medida em que concentração de terra é, também, concentração de fotossíntese, de água, além de solo (e cada vez mais de subsolo). E, por sua concentração, nem todos têm direito a um lugar ao Sol.

Feita essa primeira aproximação em que destacamos como a concentração da terra e a violência estruturam nossas relações sociais e de poder ao largo de nossa história e por toda nossa geografia passamos a uma análise mais detida e empiricamente documentada de como esse processo vem se dando desde os anos 1980, seja com base nos conflitos[2] seja com base no modo como essas terras vêm sendo usadas nesse período de

2 Para análise dos conflitos, dispomos do mais completo banco de dados que é disponibilizado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, da Comissão Pastoral da Terra. Desde 1985 esse banco de dados nos oferece informações detalhadas sobre conflitos no campo, registrando sua ocorrência no tempo e no espaço, com um conjunto de atributos – assassinatos, expulsões, despejos, categorias sociais implicadas nos conflitos - que nos permite qualificar as contradições em estado prático enquanto violência e r-existência que caracterizam os conflitos.

modernização conservadora.

Desde que Fernand Braudel e seus discípulos, como Imannuel Wallerstein, insistiram em nos chamar a atenção para os tempos de larga, média e curta duração, assim como Marc Bloch com sua tese da "contemporaneidade do não-coetâneo" e Milton Santos com sua tese em que o espaço é onde múltiplos tempos habitam, devemos estar atentos para uma perspectiva analítica que aponta para um tempo não-linear[3].

Isso deveria estar em nossas mentes quando vamos analisar a conjuntura atual onde, na verdade, vários tempos atuam, num sentido muito preciso desse verbo, qual seja, quando diversas temporalidades são atuais através dos grupos/classes sociais que se forjam. E, para caracterizar cada um desses espaço-tempos que habitam o espaço geográfico, identificamos momentos constitutivos, qual seja, aqueles eventos que marcam reconfigurações, enfim, descontinuidades que nunca são absolutas e que guardam, em cada espaço-tempo próprio, continuidades (Zavaleta Mercado, 1986: 45).

1. Os Múltiplos Tempos que Habitam nossas Geografias: Conflitividade e Conflito na Dinâmica Territorial do Capital no Brasil

Múltiplos tempos habitam as geografias da sociedade brasileira, entre os quais a violência atravessa de modo estrutural as relações sociais e de poder que os constituem. A compreensão da violência na conjuntura atual, portanto, passa pela necessidade de avaliar a maneira como ela se comporta de modo estrutural na formação territorial brasileira no decorrer dos espaços-tempos, sendo apenas incorporada a um cenário de acirramento com as ações impulsionadas pelo atual governo eleito em 2018.

Com a independência (1822), a conquista territorial foi se acomodando em relação aos domínios territoriais com os países vizinhos e, desde então e principalmente a partir do início do séc. XX, passa a prevalecer uma dinâmica territorial interna entre os diversos grupos/classes sociais, ainda que atravessada pelo colonialismo interno e sua colonia-

3 Aliás, como apontam muitas racionalidades outras, não ocidentais, como a andina runa (quéchua-aymara) em que sequer há uma palavra para tempo e outra para espaço (Estermann, 2006). A palavra Pacha, de Pachamama, significa espaço e tempo simultaneamente.

lidade do saber e, como sempre, subordinada à dinâmica centro-periférica do sistema mundo (Frank, 1973). Sublinhe-se que o princípio que preconiza o direito à terra por quem a ocupa – uti possidetis - amplamente invocado pela diplomacia brasileira para afirmar nossas fronteiras com relação aos países vizinhos, foi (e ainda é) negado às categorias sociais de amplos grupos que estavam/estão em posse real de uso no território, como os povos e comunidades tradicionais em suas múltiplas identidades sociopolíticas.

A dinâmica capitalista implica uma permanente expansão territorial de acordo com os ciclos de acumulação, numa busca constante pela apropriação das condições de produção, sobretudo a terra e tudo que ela implica em termos de produção-reprodução das condições metabólicas da vida (terra, solo, subsolo, fotossíntese, água e outros minérios)[4]. A terra, contudo, não está despovoada em suas geografias, o que implicaria limites à ocupação, vis a vis os grupos/classes sociais aí presentes desde tempos vários, ancestrais e históricos. Assim, diferentes temporalidades/territorialidades se encontram, se confrontam, se defrontam através de diferentes fronts que se forjam na dinâmica territorial. E front é onde o limite está por definir-se[5]. Deste modo, ao sabor das vicissitudes históricas, diferentes dinâmicas sociogeográficas são forjadas, implicando conflitos territoriais que se desenvolvem em função de diferentes modos de lidar com as mesmas condições metabólicas de produção-reprodução da vida: conflitos de territorialidades/temporalidades.

O caráter periférico-dependente de nossa formação social[6] tem sido afirmado pelas oligarquias fundiárias brasileiras e os demais atores hegemônicos do agro e outros negócios com criatividade para se adaptar às circunstâncias e permitir a continuidade no processo de acumulação dependente. Historicamente essa criatividade das classes dominantes do campo vem se fazendo pela estratégia de expansão da área cultivada, da

4 Rosa Luxemburgo acrescentaria outra dimensão, qual seja, a necessidade imanente ao capital dos meio ambientes não capitalistas como condição de sua reprodução ampliada. Como se o capitalismo não pudesse viver de si mesmo, de sua lógica de produção-reprodução própria, tese atribuída a Rosa Luxemburgo.

5 Assim, mais que falar de fronteiras, onde os diferentes grupos sociais se encontram, é preciso recuperar a raiz dessa palavra, front, conceito de origem militar que indica o espaço em disputa. Vencida a luta, a guerra, o front se transforma em fronteira enquanto espaço definido, limitado, que indica os confins de cada quem. Pode-se até escolher um rio ou uma serra como limite da fronteira, prática usual, e, com isso, naturaliza-se o que não é natural, mas sim da política.

6 Como afirmara Ruy Mauro Marini (Marini, 1973) esse caráter periférico-dependente da nossa formação social capitalista implica a superexploração do trabalho haja vista que as classes dominantes não só devem extrair sobretrabalho, como qualquer classe dominante no centro e na periferia, mas também transferir mais valia da periferia para os centros dinâmicos do capitalismo mundial. Deve-se destacar, em face do silêncio do mesmo Marini para o fato que a superexploração do trabalho implica também a superexploração da natureza. Ou, com Marx, a força de trabalho é uma expressão da força da natureza através do homem que, assim, por mais que seja criativo, jamais deixa de ser natureza.

área de pastagem e de intensificação da exploração mineral, assim como pelas transformações por meio da tecnologia, pela superexploração do trabalho e da natureza.

Nossas geografias carregam nossa história de larga duração, onde as fazendas de gado avançam sobre territórios outros redistribuindo o gado entre as regiões do país, onde a violência é prática contumaz haja vista não serem espaços vazios. Assim, há uma dialética territorial própria entre a acumulação primitiva e a acumulação civilizada, onde um Brasil que muitos consideram moderno convive com um Brasil arcaico que, sublinhe-se, estão longe de serem necessariamente antagônicos. E são complexas as relações que subjazem à tensa conflitividade que comanda nossa dinâmica territorial, e sua violência moderno-colonial, onde fazendas modernas de cana e soja, em Goiás e São Paulo, são parte de um mesmo complexo de poder onde estão fazendas de gado com pecuária extensiva, no Tocantins, por exemplo. E, talvez, tenhamos uma boa hipótese para entender o aparente paradoxo dos que tanto se vangloriam de serem produtivos e, ao mesmo tempo, tanto empenho dediquem para que não se definam os índices de produtividade, tal como determina a lei, e defendam a invasão de terras indígenas, de diminuição das áreas de unidades de conservação, a não demarcação das terras dos aquilombados, das comunidades em posse real de uso de campos e florestas pelo Brasil.

A relação entre a lógica territorialista e a lógica capitalista encontra um suporte dinâmico na ideia de que, no Brasil, há uma enorme disponibilidade de terras num imenso vazio demográfico (Velho, 1979)[7]. Contudo, disponibilidade e vazio não correspondem à realidade histórica de nossa geografia social povoada de posseiros, camponeses, indígenas, quilombolas e tantas outras formas sociais. O princípio jurídico do uti possidetis que serve ao estado brasileiro em suas disputas territoriais com outros estados não serve como direito dos seus povos e comunidades que ancestral e historicamente estão em posse real de uso, enfim, estão territorializados. Só o colonialismo interno das classes dominantes, sua colonialidade, explica ideias como essas de que as terras estão disponíveis, como se estivessem à sua espera para serem ocupadas. E, acrescente-se, além da terra se constituir para o capital como um meio de produção, sua apropriação proporciona que o proprietário possa desfrutar da renda da terra (renda absoluta) e, à medida que se afasta geograficamente dos principais mercados, proporciona que os proprietários da retaguar-

7 Otávio Velho (Velho, op.cit) tratou bem do tema comparando o Brasil com duas formações territoriais, como a dos EEUU e da Rússia, onde a ideia de terras pretensamente disponíveis conformou um horizonte, quase um destino, para suas classes dominantes.

da se apropriem, ainda mais, de uma renda diferencial por localização. Sendo o estado o guardião da propriedade, sua instrumentalização pelas classes oligárquicas proporciona grande apropriação da mais valia social sob a forma de renda.

1.1. De 1492/1500 a 1850 – Do Encobrimento/ Descobrimento à Lei de Terras

Identificamos em nossa formação territorial quatro espaço-tempos que convivem em nossas geografias. O Brasil, assim como os demais países com os quais compartilhamos um destino comum, como os da América Latina/AbyaYala, faz parte de um sistema mundo que teve seu momento fundante aqui entre nós, em 1492. Assim há um tempo de larga duração que marca nossos espaços enquanto periferias de um sistema mundo assimétrico que condiciona nossas possibilidades históricas. Esse mesmo 1492 também marca um encobrimento, embora se autoproclame descobrimento (Dussel, 1993), ao encobrir a diversidade de povos, etnias e nacionalidades e suas práticas socioculturais que habitam essas terras há dezenas de milhares de anos.

Com isso, trazemos ao debate a primeira grande violência que marca nossa formação social, qual seja, a violência territorial que se dá contra os povos que aqui habitavam desde tempos ancestrais, violência essa que os ninguneia[8], que os faz ninguém, eles que nunca deixaram de existir, de r-existir, como o fazem até hoje numa luta de larga duração que não temos sido capazes de entender pela colonialidade que ainda nos acompanha, apesar do fim do colonialismo. Afinal, chega a ser surpreendente que, depois de mais de 500 anos sendo ninguneados, muitos grupos sociais se reivindiquem outros, como Guarani ou Yanomami, eles que são "involuntários da pátria", conforme a feliz expressão de Eduardo Viveiros de Castro (Castro, 2016).

E não estão sozinhos nessa condição de "involuntários da pátria". Os negros africanos foram trazidos à força, transformados em mercadorias e aqui vendidos e escravizados. Violência estrutural de nossa formação colonial, aqui entendida em seu sentido decolonial, que nos remete à continuidade-descontinuidade histórica, haja vista que a

8 Ningunear é um verbo-neologismo que propomos inspirando-nos na palavra ningún na língua espanhola e em Darci Ribeiro que, também, buscava uma expressão para indicar o processo de fazer alguém ninguém.

colonialidade permanece para além do tempo da escravidão formal e legal, mesmo com sua abolição gradativa entre 1850 e 1888. Jovens negros das periferias urbanas atuais costumam afirmar através de raps que a favela e o camburão da polícia atualizam a senzala e o navio negreiro[9].

O controle do território (geopolítica) e das suas gentes (biopolítica) era uma questão chave na empresa colonial que, desde o início, é capitalista por seu leitmotiv: acumular capital. Para isso, a Coroa portuguesa, com sua Lei de Sesmarias e sua geopolítica de capitanias hereditárias para organizar o espaço, atraiu homens de cabedal a quem concedeu terras que seriam devolutas, caso não assegurassem sua produção. Assim, acreditava-se, a concessão de terras garantiria o objetivo da conquista territorial e, para isso, os concessionários estavam investidos também de prerrogativas de monopólio da violência enquanto capitães. Em síntese encarnavam em sua prática cotidiana o estado colonial. Capitães do mato haveriam de caçar corpos de negros fujões e índios para garantir mão de obra para a (sua) empresa colonial. Enfim, as capitanias hereditárias resumem bem o sentido que ainda nos atravessa ao juntar a dimensão da conquista territorial com a acumulação de capital.

E a modernização tecnológica, outra marca de nossas classes dominantes, impulsiona a violência na formação territorial brasileira desde o período inicial de colonização, com a implantação dos primeiros engenhos: o agro já era tech em 1532. Afinal, os engenhos de açúcar eram o que de mais sofisticado havia no mundo de então enquanto tecnologia de produção e estavam aqui, numa colônia. Desde o século XVI exportamos produtos manufaturados para o mercado mundial. As commodities, como hoje diríamos. E, já ali, toda a violência social por meio da tecnologia também podia ser vista na prática da monocultura, haja vista que monocultura é, sobretudo, uma tecnologia de poder na medida em que, necessariamente, é uma produção que visa atender às necessidades não de quem produz, mas a terceiros, inclusive a um mercado distante.

Enfim, grandes extensões de terra monopolizada, tecnologia de ponta, monocultura, devastação da natureza e exploração do trabalho escravo estavam a serviço da acumulação. Pouco se diz que tudo isso é atravessado por uma biopolítica racializada e machista, haja vista que a chibata se batia contra corpos negros e indígenas. A marca da dominação das terras e das gentes e não do cuidado, enfim, patriarcal, misógina.

---

9 Vide o rap Camburão Negreiro em https://www.youtube.com/watch?v=f4vgcVC8oNc.

Nesse sentido, é preciso superar a trilogia que nos é apresentada como sendo a matriz de nossa formação social, a saber, o latifúndio, a monocultura e a escravidão que omite o racismo, o patriarcalismo e o caráter contra natura que a eles se juntam conformando uma heterarquia de violência que nos atravessa até hoje. Sabemos o quanto a expansão da área cultivada para produzir mais, para exportar mais, derrubava as matas que não eram vazios demográficos, mas sim ocupadas. Assim, matar e desmatar são marcas da violência contra a vida humana e não-humana. Enfim, etnocídio, ecocídio e também epistemicídio haja vista que não reconhece os saberes dos outros, inclusive saberes plasmados desde tempos imemoriais.

1.2. De 1850 a 1950-1964 – Da Lei de Terras às Ligas Camponesas

Com a independência do Brasil e o primeiro código civil de 1832, estava permitida a compra da patente para garantir a paz e, assim, o poder privado do latifúndio - poder de facto- se fazia poder de jure. Estavam criadas as bases legais do que, depois, sociologicamente seria o coronelismo que subjaz à bancada ruralista numa forma de "coronelismo, enxada e voto" (Leal, 1975) que se renova!

Depois de um interregno sem lei, entre 1822 e 1850, uma nova lei de terras garantirá não só que se comprasse as patentes de justiça, mas que a terra a partir de então só poderia ser adquirida mediante a compra (Lei de Terras de 1850). Os escravos e os pobres, em geral, ficavam sem poder de facto adquirir terras e, desse modo, o estado consagrava o poder dos brasileiros já ricos e brasileiros, naquele sentido que os portugueses atribuíam ao termo, ou seja, dos ricos que vivem de explorar o Brasil que, a partir de 1822, são eles mesmos donos do poder. Quanta continuidade na descontinuidade da independência! Somos um dos poucos países da América que, mesmo depois da independência, manteve o regime monárquico do colonizador quando na maior parte dos países na América, até mesmo na América do Norte, fundar um outro regime, a República, passara a ser uma forma de se assumir independente.

Registre-se, ainda, o caráter racista da propriedade da terra na medida em que as leis que acompanham a Lei de Terras vão, pouco a pouco, preparando a abolição da escravatura e, desse modo, garantindo que a terra fosse escrava dos latifundiários brancos

quando os escravos ficassem livres (Martins, 1981).

Nesse sentido, a República e a abolição da escravatura que a precipitou desencadearam, em uma nova vertente da colonialidade, sua dimensão racializada com a não reforma agrária e a importação da mão de obra europeia a quem se destinou, no sul do Brasil, pequenos lotes de terra, uma colônia e, em São Paulo para substituir a mão de obra escrava no café. Desse modo, o branqueamento do território (Santos, 2012 e 2009) ganha novo impulso.

Uma formação social de caráter colonial, como a nossa, implica que a violência adquira um caráter ainda mais acentuado haja vista o papel protagônico do Estado na formação das relações sociais e de poder (Rama, 1985). É como se o Estado formasse a sociedade e não o contrário. E, mais, o caráter colonial dá sentido, com a colonialidade do saber e do poder, ao caráter periférico-dependente no sistema mundo capitalista de nossa formação social.

Em suma, a violência estrutura nossas relações sociais e de poder. E, aqui, é preciso sublinhar a palavra estrutura como verbo, ação, e não como substantivo, coisa. E como não há dominação sem resistência (Foucault), haja vista que a dominação haverá, de algum modo, de se relacionar com os corpos dominados, seja de modo mais direto (violação física) ou indireto (violência simbólica). Assim, o próprio ato de tocar implica a resistência do que é dominado e, desse modo, toda dominação implica resistência. Desse modo, nossa geografia histórica será marcada também por resistências, muitas delas individuais (fugas, pequenos ganhos, roubos e homicídios) e muitas coletivas (rebeliões várias, formação de comunidades camponesas livres).

Mas foi assim, com violência, com massacres[10], que foi se consolidando a aliança das classes dominantes, aliança essa que subjaz à nossa formação territorial. Afinal, um pedaço de chão, seja o Pará ou o Amapá, por exemplo, não se une a um outro pedaço de chão, seja o Rio Grande do Sul ou o Paraná, enquanto pedaço de chão. É só enquanto território, conformado por territorialidades, por blocos históricos (Gramsci, 1987) regionais[11] que os pedaços de chão deixam de ser meros pedaços de chão e, sim, espaços com sentido conformados pelas relações sociais e de poder que, nas suas tensões conflitivas, forjam as identidades de classe e outras. Os nomes Cabanagem, Cabanada, Balaiada, Ma-

10 Os números são alarmantes: na Cabanagem na Amazônia entre 1835 e 1845 teriam sido massacrados 35 mil cabanos; em Canudos entre 6 mil e 8 mil. No Contestado, cerca de 16 mil camponeses teriam sido massacrados.

11 Gramsci fala de Bloco histórico do Norte e Bloco Histórico do Sul, Itália.

lês, Contestado e Farroupilhas[12] indicam o protagonismo do andar de baixo – cabana, os que carregam balaios, os povos outros não-ocidentais, como os malês, os camponeses que contestam e os descamisados, esfarrapados - que, particularmente, ganham relevância em momentos de crise da ordem dominante.

Assim, as profundas contradições de nossa formação territorial não cabem na leitura, infelizmente consagrada na historiografia, da evolução dos ciclos econômicos que se sucederam ao longo do tempo. Nem, tampouco, na trilogia do latifúndio, da monocultura e da escravidão que, por exemplo, esconde o racismo, o patriarcado e o caráter contra natura, como acima indicamos[13].

O fim de cada ciclo e sua substituição por outro ciclo econômico, ao longo do tempo, não significa que as geografias ali plasmadas tenham deixado de existir. Ao contrário, esses momentos de decadência dos ciclos se revelam períodos de enorme criatividade do povo brasileiro, sobretudo dos grupos/classes sociais em situação de subalternização, quando, então, podem desfrutar das condições metabólicas de produção-reprodução da vida (terra, água, solo, fauna e flora) antes dedicadas à exportação. Muitas terras ficam disponíveis e passam a ser ocupadas e destinadas à produção para sustento próprio.

Nesses períodos, a diversidade produtiva substitui a monocultura, haja vista que ninguém produz um produto único se há que produzir para garantir sua própria vida. O Brasil não tem nenhum ciclo de mandioca, de milho ou de feijão que são culturas permanentes. As muitas feiras das cidades do interior, e mesmo das grandes capitais, reúnem em suas cores, odores e sabores toda a riqueza onde se faz um outro Brasil. E mais, esses sabores, cores e odores são expressão de saberes que tiveram que se haver com as terras e outros elementos que as classes dominantes não se apropriaram ou abandonaram em seus momentos de crise. Nunca se viveu tão bem na Amazônia como depois da decadência do ciclo da borracha (Porto-Gonçalves, 2004). Os seringueiros autônomos dos rios Acre e Purus que o digam.

Enfim, foi na decadência dos ciclos econômicos que as campesinidades puderam desenvolver o melhor de sua criatividade. Talvez assim entendamos a enorme riqueza da região Nordeste, região que mais experiência tem de sobreviver às crises várias da cana, do algodão, das minas. Daí emana a imensa riqueza do artesanato do couro, da cerâmica

12 Segundo Evaristo da Veiga, o termo havia Farroupilhas, que remete à Guerra dos Farrapos, teria sido inspirado nos "sans culottes" franceses, os revolucionários mais extremados, literalmente "sem calça" os mesmos que, mais tarde, seriam chamados de descamisados.

13 Sublinhemos que a o racismo não pode ficar subsumido no escravismo na medida em que ele se fazia de modo seletivo contra negros e indígenas. Tanto é assim que se pode acabar com a escravidão sem acabar com o racismo.

e dos bordados de renda entre muitos. E do regime alimentar que Josué de Castro caracterizaria como dos mais equilibrados. E nada disso sem festa, sem reza, sem canto, sem dança, sem poesia, sem r-existência.

E, assim como tivemos territórios de opressão e exploração nos ciclos econômicos com sua estrutura concentradora de riqueza, tivemos vastas porções do território brasileiro que forjaram espaços de liberdade, como os quilombos forjados por aqueles que recusavam a escravidão. E os negros sequer podiam pedir ajuda ao estado, já que este consagrava a escravidão como direito dos brancos. E sequer podiam se queixar ao bispo, já que a igreja católica abençoara a escravidão. Enfim, os quilombolas são inspiração para qualquer processo emancipatório que venha se conformar na sociedade brasileira.

Vastos espaços se forjaram como territórios livres com brancos pobres, indígenas e negros ocupando nossos interiores, sobretudo, se apossando das terras e conformando territórios com suas territorialidades próprias. Muitas dessas comunidades estão, em nossos dias, em posse real de uso dessas condições de (e da) vida, não raro em uso comum sem propriedade privada, como é o caso de vasta porção do território baiano com as comunidades de fundo e fecho de pasto; dos faxinais e dos faxinalenses do Paraná e de Santa Catarina, dos Geraizeiros, dos Caatingueiros, dos Retireiros, dos Seringueiros, das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, das Mangabeiras de Sergipe, dos Caiçaras, enfim, de povos e comunidades tradicionais que se atualizam e, nesse sentido, são atuais (Campos, 2011). São identidades várias que surgem nas circunstâncias históricas e se afirmam com as vicissitudes de cada tempo.

Eis o pano de fundo das tensões e contradições no campo brasileiro atual e que ganha uma nova configuração com o novo período que se abre com a nova fase da modernização conservadora que se inicia com o golpe civil-militar de 1964.

A violência, como vemos, atravessa nossa formação territorial e, como tal, deve ser analisada antes de ser condenada ou recomendada. Afinal, a história nos ensina que a violência tanto oprime como liberta. No Brasil, como destacamos, há uma violência estruturando as relações de dominação e que se sustenta tanto numa dimensão capitalista como numa dimensão colonial (racial, de gênero e contra natura). Não percamos a lucidez, ainda mais necessária nos momentos em que a violência recrudesce, como é o caso dos dias que correm. Para isso, a compreensão da geograficidade da história, isto é, do modo como a história se geografiza e como essas geo-grafias em tensão condicionam o devir histórico, podem nos ajudar a superar essa violência que nos estrutura.

1.3. De 1950-1964 a 1996-2000 – Da Derrota das Ligas Camponesas no Golpe de 1964 ao Auge do MST

Nos anos 1950 encontramos um "segundo descobrimento do Brasil" (Castro, 1967), que tem nas Ligas Camponesas uma das suas principais forças e que trouxe à cena política um Brasil Profundo e, junto com outros setores da sociedade brasileira, fizeram dos anos 50' e 60' um dos períodos mais criativos de nossa história: Cinema Novo, Bossa Nova, os "50 anos em 5" de JK simbolizados na arquitetura moderna de Brasília, o CPC da UNE, o Brasil ganhando a Copa do mundo de futebol na Suécia, em 1958, superando a vergonha do Maracanaço, como ficara conhecida a derrota de 1950 para o Uruguai e o Pagador de Promessas ganhando a Palma de Ouro do Festival de Cannes em 1962. O protagonismo desempenhado pelos camponeses na luta pela reforma agrária mostrava um Brasil que passava a tocar nas suas feridas mais profundas, tocando no pilar estruturante de nossas mazelas de 500 anos, como o latifúndio! Obras como Terra em Transe, de Glauber Rocha, Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto e Sete Palmos de Terra e Um Caixão, de Josué de Castro nos oferecem leituras desse Brasil que se descobria por si mesmo, como diria Josué de Castro.

Foi contra as Ligas Camponesas que se forjou, em 1964, uma nova fase de modernização conservadora, enquanto atualização do Brasil do latifúndio, da monocultura de exportação, da modernidade tecnológica, da superexploração do trabalho (escravidão) com sua colonialidade, racismo e patriarcalismo que nos habitam há 500 anos! O país, desde então, mergulhará num período de violência explicitamente institucionalizada, afinal uma ditadura nos foi imposta, por mais de 2 décadas, entre 1964 e 1985-1988. Toda essa violência com assassinatos de lideranças populares, de políticos de oposição, com tortura, exílio, censura à imprensa e às artes se fez justamente quando, pela primeira vez na nossa história, os camponeses se tornaram protagonistas políticos à escala nacional, com as Ligas Camponesas, colocando a ordem capitalista-colonial em questão e quando um projeto de Brasil com justiça social se colocara no horizonte.

Registre-se que as Ligas Camponesas se desenvolveram num mundo em que as oligarquias conseguiram, com Getúlio Vargas, proibir a existência de sindicatos rurais[14]. Ou

14 Vide as leis trabalhistas, elaboradas desde 1930 até a promulgação da CLT, em 1943, que criaram as bases da institucionalização do sindicalismo no Brasil.

seja, no pacto político pós "Revolução" de 30, o latifúndio continuava com seu poder proprietário absoluto e, dentro de suas cercas, não havia lugar para direitos, no máximo para favores[15]. Esses fatos em si mesmos revelam a importância política das Ligas Camponesas que surgem como auto-organização dos trabalhadores rurais à revelia da lei buscando afirmar-se como homens e mulheres em pleno gozo de suas liberdades.

Chamemos atenção para o fato de que, embora com as especificidades da nossa formação social, vivia-se uma tensão que atravessava o capitalismo mundial do pós-guerra entre: de um lado, a Revolução Vermelha e, de outro, a Revolução Verde, no bojo da bipolaridade entre capitalismo e socialismo. Uma série de instituições ligadas aos organismos multilaterais foram criadas para apoiar e difundir a Revolução Verde pelo mundo, tanto no campo político, como financeiro e de pesquisa científica. Tudo isso contribuiria para uma homogeneização das práticas agrícolas em todo o mundo. Com isso, uma grande variedade de agri-culturas, com seus saberes e fazeres, serão afetadas quando passa a ocorrer uma verdadeira erosão epistêmica contra os saberes-fazeres milenares dos povos não-ocidentais e camponeses. Desde então, teremos o maior processo expropriatório de camponeses, povos, etnias e nacionalidades jamais vivido pela humanidade e não só no Brasil, país onde esse novo modelo/drama de desenvolvimento se impôs.

Assim se forja um rearranjo no bloco de poder entre as classes dominantes brasileiras nas suas relações de subordinação (voluntária) com as classes dominantes dos países centrais. Essa relação tão íntima em nossa história[16] ganhará uma nova conformação interna com a incorporação das grandes empresas de engenharia (construção civil) ao bloco de poder dominante, sobretudo após a construção de Brasília[17]. A internalização dos capitais transnacionais na dinâmica da acumulação de capitais forjará um novo tripé do poder conformado pela aliança entre as classes dominantes nacionais, os capitais transnacionais e os capitais estatais (Petrobrás, Eletrobrás, Cia Siderúrgica Nacional, Cia Vale do Rio Doce, Embrapa entre tantas). No auge da ditadura empresarial-militar, com o "milagre

15 Diga-se, de passagem, que à época em que foram criadas as Leis trabalhistas, em 1934, a população brasileira era 70% rural e somente 30% urbana.

16 Registremos que o que hoje candidamente se proclama como novidade, as parcerias público-privadas, entre nós é constitutiva de nossa formação social desde o primeiro momento. Afinal, as sesmarias eram terras públicas cedidas aos homens de cabedal. A palavra fidalgo consagra a parceria público-privada, sendo uma corruptela de filhos d'alguém: fi'd'algo. O mesmo que hidalgo, em espanhol.

17 Como, recentemente, declarara em depoimento à Operação Lava-Jato o Sr. Norberto Odebrecht, patrono da família e do grupo que leva seu nome, admitindo, inclusive a corrupção já presente à época.

econômico" dos anos 70' e inícios dos 80', o país experimentou um ciclo de acumulação impulsionado por uma forte intervenção do estado na economia, com o apoio científico e tecnológico das universidades e centros de pesquisa, o financiamento público através do BNDES e, ainda, com a atração de grandes capitais corporativos transnacionais como a BUNGE, a CARGILL, a Dreyfus, a Monsanto e tantos outros.

Neste cenário o estado, tal como já fizera com a Marcha para o Oeste de Vargas, promoverá, mais uma vez, a colonização como instrumento contra a reforma agrária. A ideologia do Brasil Grande, do "Integrar para não Entregar", autoriza e veste com um verde-amarelíssimo de conveniência uma servidão voluntária aos capitais transnacionais, sócios do novo padrão de acumulação. A modernização do território brasileiro é, portanto, autoritária, conservadora e contraditória.

Assim, os anos 80' com a expansão ampliada na geografia da sociedade brasileira dos negócios do agro, serão marcados pelo des-envolvimento com desterritorializações e reterritorializações. "Exportar é o que Importa" virou slogan, como se fora novidade e não a reiteração de nossa história de larga duração, ainda que com as especificidades do novo período, onde talvez se destaque a violência que acompanha a velocidade proporcionada pelo novo padrão tecnológico e a aceleração do tempo da rotação do capital!

Com o golpe empresarial-militar, o latifúndio passa a não ser mais visto como algo que deva ser superado, mas sim modernizado, tal como nas primeiras plantations de cana de açúcar implantadas em 1532 e, assim, nada de modernização com alguma justiça social. O latifúndio improdutivo, tão condenado pelas esquerdas convencionais, pelos tenentes dos anos 20' e, até, por setores do imperialismo que nele viam um fator de permanente instabilidade social e política, deveria ser, agora, um latifúndio produtivo. É o que subjaz ao Estatuto da Terra e sua distinção entre latifúndio por exploração e latifúndio por extensão. O ideal era transformá-los em empresa rural.

Com isso, o debate se desloca do caráter de concentração de poder que encerra a concentração de terra - tema central da reforma agrária - para a questão da técnica, de produtividade, qual seja, ser ou não ser produtivo e não mais erradicar o latifúndio e democratizar a sociedade com justiça social. Há um casamento perfeito entre o que consta no Estatuto da Terra e os fundamentos da Revolução Verde. O anticomunismo será o amálgama, mesmo que Josué de Castro tenha se esforçado em demonstrar que as Ligas Camponesas não eram fruto da infiltração comunista, como se as acusava, mas sim da descoberta do Brasil pelos brasileiros de baixo (Castro, 1967). Mais tarde Aldir Blanc diria: "O Brazil não conhece o Brasil".

Assim pontuamos que, na periferia do sistema mundo, as oligarquias latifundiárias têm jogado um papel importante garantindo a exportação de matérias primas agrícolas e minerais, através da superexploração do trabalho e da natureza. As oligarquias latifundiárias brasileiras têm cumprido essa função de modo exemplar e a Revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) Verde atualiza o significado originário do engenho do século XVI, agora com apoio institucional do estado através da Embrapa e de sua rede de relações internacionais, como o IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. O caráter anti-camponês, anti-indígena e anti-quilombola, expresso na repressão às Ligas Camponesas, será levado ao paroxismo com a desterritorialização generalizada com uma agricultura praticamente sem agricultores que promove o esvaziamento do mundo rural e passa a ter um tempo outro, o do capital.

Os negócios do agro - o agronegócio - substituem o agro como lugar da cultura - da agricultura. Os estados da região Centro Oeste, onde hoje predomina a produção do milho, não comemoram a colheita com festas, como as de São João, verdadeira festa do milho, que ainda hoje é uma das maiores expressões da cultura popular brasileira amplamente comemorada no Nordeste. Talvez aqui resida a diferença entre agro-negócio e agri-cultura.

Como vimos até aqui, a ditadura empresarial-militar (1964-1985) e a Revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) Verde atualizaram (1) a violência histórica através da colonialidade que sobrevivera ao colonialismo e (2) a íntima relação entre o poder (que deveria ser) público e o poder privado a serviço da acumulação de capital e de concentração de poder.

O período imediato que se seguiu ao fim da ditadura foi marcado por grande conflitividade, como se anunciasse a primeira privatização: a privatização da violência. A violência que, até 1985, estava institucionalizada no aparelho do estado, enquanto ditadura, passara às mãos privadas, com a UDR – União Democrática Ruralista. O assassinato de Chico Mendes foi seu ápice, ainda que de outros modos a violência continue. A centralidade da questão (da reforma) agrária voltara a se afirmar com o fim da ditadura, inclusive com o I Plano Nacional de Reforma Agrária do governo José Sarney. A violência grassa no campo contra os que estão tradicionalmente na terra e os que usam a terra enquanto terra de trabalho e de vida, inclusive, os assentados.

Ao mesmo tempo em que a Constituição de 1988 consagrara o princípio da função social da propriedade da terra, estabelecera que os índices de produtividade fossem definidos, que se demarcasse as terras indígenas e quilombolas, e que todos tínhamos direito a um meio ambiente digno, no fundo, será a correlação de forças entre as classes em luta

que vai fazer avançar ou não essas determinações legais.

E, novamente, será entre os grupos/classes sociais do campo que melhor se expressará a presença do Brasil profundo nas lutas sociais quando se deu o auge do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na segunda metade dos anos 1990, logo em seguida aos massacres de Corumbiara, 1995, e Eldorado dos Carajás, 1996. O próprio nome de trabalhadores rurais sem terra dá conta do processo profundo de expropriação em curso que se deu com o aumento da concentração fundiária e o des-envolvimento de uma agricultura sem agricultores. Enfim, o MST mantivera viva, com suas práticas de ocupações de terra, o espírito e a memória daquele momento em que "novos personagens entraram em cena" (Sader, 2001) da segunda metade dos anos 1970 e inícios dos anos 1980. Enquanto isso, o movimento sindical urbano passava por uma grande crise, ele que fora protagonista de grandes mobilizações no período de ascensão acima indicado, como se pode ver com os metalúrgicos do ABCD paulista, responsável pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

1.4. De 1996-2000 a 2015 – Da Derrota dos Movimentos Sociais do Campo/Avanço do Agronegócio à Ruptura Política

Desde 1994, com o Plano Real, a participação do setor industrial no PIB caiu de 26% para cerca de 11% a 12 % nos dias que correm. A menor importância do setor industrial implica mais desenvolvimento do subdesenvolvimento (Frank, 1980), com o aumento da dependência à dinâmica de acumulação dos centros do capitalismo. E quanto mais esse processo se desenvolve, maior é a dependência das exportações de commoditties agrícolas e minerais e, assim, avançamos em direção ao passado, se nos permitem a ironia, pois voltamos a ser exportadores de matérias primas agrícolas e minerais tal e como no período colonial.

Assim, cresce a importância do setor primário – o Agro é (não só) Tech, o Agro é Tudo - assim como cresce a relevância da burguesia comercial importadora-exportadora de que a empresa Havan é um caso emblemático, quase-conceitual[18]. Surge, então, o que vários economistas vão chamar de rentismo, reunindo em torno do controle do estado os interesses das várias frações

18 O caso da empresa HAVAN é um tipo ideal no sentido weberiano por sua subordinação voluntária verde-amarela

das classes dominantes. Acumulação por espoliação, de David Harvey (Harvey, 2004).

O núcleo duro do novo pacto entre as classes dominantes estava lançado: O capital financeiro e o setor exportador de bens primários agrícolas (grãos, carnes) e minerais. A Lei Kandir consagrou esses interesses primários exportadores com forte estímulo do estado.

Todo o peso dessa reconfiguração do bloco de poder dominante à escala nacional e as oportunidades que se abriram com os novos negócios globalizados, com a China em particular, se abaterá sobretudo contra os trabalhadores rurais e os grupos/classes/etnias historicamente em situação de subalternização, opressão e exploração em r-existência e seus parentes recém-urbanizados precariamente nas periferias. A figura 1 registra a evolução das lutas de classes no campo brasileiro e a violência protagonizada pelos setores ligados aos grupos/classes sociais em situação de dominação (Grileiros, fazendeiros, empresários, mineradoras) que aumenta significativamente ao longo dos anos 2000, e de modo permanente, com ações de expulsões, ameaças de expulsão, despejos e ameaças de despejos. A



Figura 1: Terras Indígenas Homologadas por período de Governo no Brasil – 1995-2018

velocidade da rotação de capitais, acelerada pelo desenvolvimento tecnológico, implica o aumento da violência, haja vista a necessidade de o capital impor seu tempo próprio na resolução de conflitos, sobretudo quanto à apropriação das terras. A política fica subsumida à economia e a economia às oligarquias. A sucessão de Medidas Provisórias

aos símbolos do poder norte-americano. Com suas estátuas da liberdade erguidas sobre o prédio da Casa Branca à porte de suas lojas de departamento dá mostras da submissão voluntária (La Boètie) a que se pode levar a ideologia nacionalista. Aliás, a estátua da Liberdade foi um presente da França Revolucionária aos revolucionários estadunidenses, primeiro país do mundo a romper com a metrópole colonial, exemplo que, hoje, suas elites parecem querer evitar a todo custo. E, parece, contam com a servidão voluntária das oligarquias da periferia, como a dos proprietários da HAVAN.

(MPs) que, por si mesmas, indicam a rapidez com que devam ser processadas pelo Poder Legislativo, dão conta da centralidade da questão da terra, como se pode ver, desde o governo FHC com as medidas provisórias que criminalizaram as ocupações de terra, em 2000 e 2001, como também as MPs que consagram a grilagem, como as MP 422 e 458, do Governo Lula da Silva, à MP 910 do governo recém-eleito em 2018. Todas elas com o mesmo sentido de colocar na lei o que foi conquistado na marra: grilagem. Destaca-se a impunidade como é tratada a violência praticada por fazendeiros, grileiros, madeireiros e mineradoras, inclusive de capitais transnacionais: das 1965 vítimas de assassinatos no campo brasileiro, entre 1985 e 2019, menos de 120 casos foram a julgamento, segundo a CPT. As cercas do latifúndio são suficientes para protegê-lo do alcance da lei como, de diferentes modos, vem fazendo ao longo do nosso calendário e geografias.

A vitória eleitoral de Lula da Silva, em 2002, veio, paradoxalmente, em meio a um refluxo das ações dos movimentos sociais no campo, assim como da derrota imposta à classe operária com a perda de relevância do setor industrial (desemprego) e a reestruturação produtiva que começa a dispersar a indústria automobilística, por exemplo, pela geografia do país. O pilar do novo pacto de acumulação criado com o Plano Real – o rentismo em torno do capital financeiro e da exportação de commoditties – não será tocado, inaugurando uma nova fase do que se convencionou chamar de neoliberalismo. Os anos vindouros mostraram para onde o fiel da balança penderá com a queda vertiginosa da desapropriação de terras para fins de reforma agrária, reconhecimento dos territórios indígenas, quilombolas e a regressão da legislação ambiental (Vide sequência de gráficos a seguir).[19]



Figura 2: Área Desapropriada para fins de Reforma Agrária no Brasil – Média Anual por período – 1995-2018

Fonte: INCRA, 2019. Elaboração própria.LEMTO-UFF, 2019.

19 Registra-se que, no ano de 2019, nenhuma terra indígena foi demarcada.

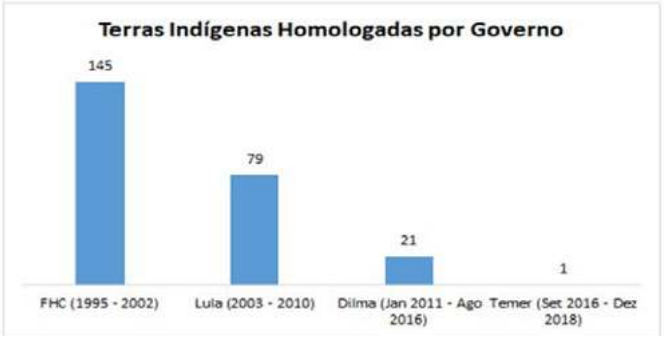

Figura 3: Terras Indígenas Homologadas por período de Governo no Brasil – 1995-2018

Fonte: CIMI, ISA, 2019. Elaborado própria: LEMTO-UFF, 2019.

Tudo isso acompanhado de um quadro de conflitividade no campo marcado pelo aumento da violência contra os grupos/classes sociais em situação de subalternização.

2. Da Concentração Fundiária e dos Usos da Terra para produção das Principais Lavouras de Commoditties e Alimentação Básica: sobre condições de possibilidade de Conflitos

Submeteremos, agora, ao leitor uma análise de duas dimensões fundamentais do processo de des-envolvimento em curso no Brasil que, no fundo, são as condições de possibilidade da ocorrência de tantos conflitos no campo: (1) a concentração fundiária e (2) os usos da terra para produção agrícola. Mais à frente, veremos como essas condições tornam-se conflitos de fato.

Uma dimensão fundamental do processo de des-envolvimento em curso é a concentração fundiária que implica uma enorme concentração de poder. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre 2003 e 2016, a área total declarada como propriedade no Brasil cresceu 24,7%. No subperíodo de 2003 e 2010, esse crescimento fora ainda maior, de 36,5%. Quando consideramos as diversas classes de propriedade segundo seu tamanho, observamos que entre 2003 e 2016, o crescimento das grandes propriedades foi, simplesmente, espantoso: de 71,3%. Em outras palavras, o crescimento das Grandes propriedades foi praticamente de 2,5 vezes maior que o crescimento da área total das demais classes de propriedade, 71,3% contra 28,7%. Nesse

mesmo período, a proporção da área ocupada pelas grandes propriedades passou de 51,3% para 55,8% da área total do país, não cabendo a menor dúvida do caráter altamente concentrador da propriedade do processo de des-envolvimento em curso! Em 2016, apenas 2,3% dos imóveis declarados como Grandes propriedades detinham 47,4% da área total do país em 2016! Portanto, estamos assistindo tanto a uma expansão da superfície de terras reivindicadas como propriedade, como também de uma reprodução ampliada do processo de concentração fundiária[20].

Outra importante dimensão do processo de des-envolvimento é aquela relacionada ao uso da terra, apropriada de modo altamente concentrado, como vimos. Uma conclusão que os dados indicam é a de que a própria complexidade tecnológica do desenvolvimento capitalista no campo induz a uma reprodução ampliada não só do capital, mas do capital enquanto grande proprietário de terras, o que aumenta a demanda por terras. Consideremos, ainda, o fato de o capital a ser imobilizado no empreendimento agrário ser de tal magnitude que, praticamente, elimina os pequenos proprietários, a não ser quando o subordina como fornecedor de matéria prima nos chamados complexos agroindustriais de carnes, de frutas, de fumo, de cana entre outros.

A área total destinada ao cultivo com lavouras temporárias e permanentes no Brasil, entre 1988 e 2018, cresceu em 38,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O crescimento da área, no entanto, não foi homogêneo ao longo do período considerado. Senão vejamos: o crescimento do cultivo dessas lavouras foi pífio, de apenas 3,5%, na primeira década do período, entre 1988 e 1998. Já nas duas décadas seguintes, esse crescimento disparou: cerca de 46,8%, entre 1998 e 2008, e de 47,4%, entre 2008 e 2018!

Embora devamos assinalar que, ainda que o crescimento tenha sido pequeno na primeira década considerada (3,5% entre 1988 e 1998), duas regiões tiveram crescimento significativo nessa mesma década: de 37,7%, na região Norte, e de 24,9%, na região Centro Oeste. Já nas duas décadas seguintes todas as regiões brasileiras acompanharam o crescimento geral das áreas plantadas com essas lavouras. No entanto, mais uma vez, cabe destacar o crescimento exponencial nas regiões Norte e Centro Oeste.

Registremos, ainda, que somente duas das cinco regiões brasileiras aumentaram sua área interna com essas lavouras numa proporção maior que o crescimento médio do

20 O geógrafo Paulo Roberto Raposo Alentejano (Alentejano, 2020) recomenda que se tenha muito cuidado com esses números, pois estaria havendo muita fraude no cadastro do Incra dado seu caráter auto declaratório. O IBGE aponta mais 16,5 milhões de ha apropriados pelos latifúndios entre os Censo de 2006 e 2017, segundo ele.

país, e o fizeram com um aumento espetacular: a Região Centro-Oeste crescera 216% e a Região Norte 138%! As regiões Sudeste e Sul também cresceram, no entanto, com porcentagem abaixo da metade do crescimento no Brasil, com 15% e 11%, respectivamente. A região Nordeste viu sua área plantada com lavouras cair 23,8%, entre 1988 e 2018, uma queda expressiva. A região Centro Oeste que, em 1988, era a 4ª região do país em termos de área plantada com lavouras, com 15,3% da área plantada total, assume, em 2018, o primeiro lugar com 35% do total da área plantada no país.

Na região Norte, onde está a maior parte dos estados da Amazônia, o crescimento foi de 67,5% entre 1998 e 2008, e de 152% entre 2008 e 2018! E, na região Centro Oeste, um aumento também espetacular de 99% entre 1998 e 2008, e de 99,3% entre 2008 e 2018. Enfim, a ampliação do cultivo dessas lavouras está se dando contra os cerrados, contra a floresta amazônica e contra seus povos e comunidades camponesas e, assim, reproduzindo e atualizando a colonialidade de larga duração que caracteriza nossa formação territorial. O caráter colonial do capitalismo agrário brasileiro salta à vista, com a expansão geográfica permanente conquistando novas áreas, o que vem sendo feito com muita violência como se verá adiante.

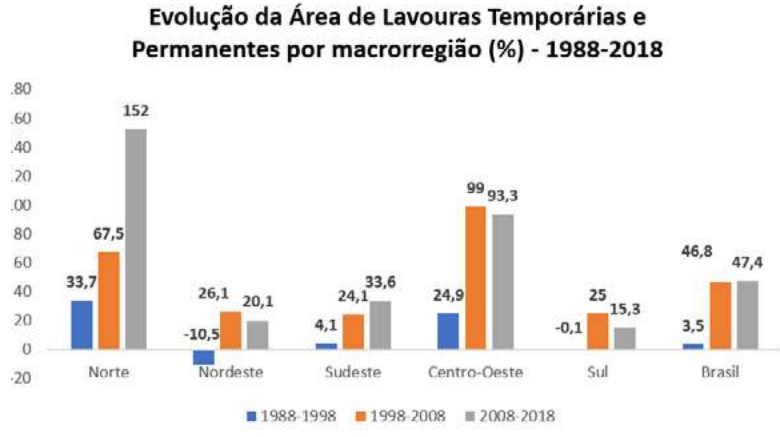

Figura 4: Evolução da Área de Lavouras Temporárias e Permanentes por macrorregião (%) no Brasil – 1988-2018
Fonte: PAM[21] / IBGE, 2020. Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020.

21 A Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) é organizada pelo IBGE e apresenta dados sobre as lavouras permanentes e temporárias no território nacional com detalhamento municipal.

Além da enorme concentração fundiária e do caráter colonial de conquista/invasão de territórios ancestral e historicamente em posse real de uso por múltiplas campesinidades, povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, que vem caracterizando esse processo de des-envolvimento observemos, agora, quais os produtos que vêm sendo priorizados no cultivo dessas áreas, segundo alguns cultivos criteriosamente selecionados.

Para isso, selecionamos entre os produtos cultivados dois conjuntos de produtos: de um lado, os cultivos de Soja, Cana e Milho e, de outro lado, os cultivos de Arroz, Feijão e Mandioca. O pressuposto dessa escolha, empiricamente verificável, é que o primeiro conjunto é de cultivos de commoditties e o segundo são produtos que se destinam à dieta básica do povo brasileiro.

2.1. Dos Usos para produção das Principais Lavouras de Commoditties

Comecemos com os três produtos commoditties que bem caracterizam a agricultura capitalista brasileira: a cana de açúcar, a soja e o milho[22]. Enquanto o aumento total das áreas plantadas com lavouras temporárias e permanentes entre 1988 e 2018 foi de 38,3%, o cultivo com apenas essas três commoditties aumentou sua área em 118% no país! Essa área passou de 49,8%, em 1988, para 78,3%, da área cultivada no país, em 2018. Um aumento espetacular das monoculturas de commoditties: enfim, em 2018, mais de ¾ do total da área das lavouras temporárias e permanentes são de apenas três produtos.

Cabe destacar que, na região Centro-Oeste, esse crescimento foi de 92,1% e, nas regiões Sul e Sudeste, de aproximadamente 75%. Mesmo a região Norte, que abarca grande parte da Amazônia, e que, em 1988, tinha somente 27% de sua área plantada destinada a esses três cultivos alcançará, em 2018, 64% de sua área cultivada com cana, soja e, em menor escala, milho, conforme imagem na próxima página!

22 O milho importa por sua contribuição para o complexo de carnes, sobretudo de frango e suína. Boa parte da produção que emana dessas áreas se destina ao mercado externo.

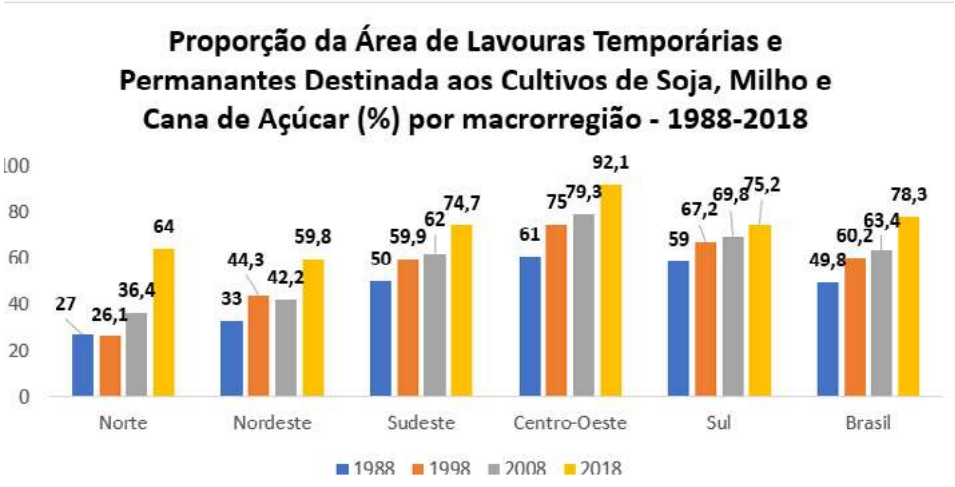

Figura 5: Proporção da Área de Lavouras Temporárias e Permanentes Destinada aos Cultivos de Soja, Milho e Cana de Açúcar (%) por macrorregião no Brasil – 1988-2018

Fonte: PAM/IBGE, 2020. Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020.

As duas regiões em que maior foi o aumento da área plantada com essas commoditties, as regiões Norte e a Centro-Oeste, cresceram, pasmem, respectivamente, 466% e 380,4%, nas suas áreas internas destinadas a esses cultivos entre 1988 e 2018! Até mesmo a região Nordeste, que viu diminuída sua área total plantada em - 23,4%, experimentou um aumento interno de 35,6% da área cultivada com essas Commoditties entre 1988 e 2018, sobretudo no Oeste da Bahia, no Sul do Maranhão e do Piauí. Registre-se, para completar o quadro, que a região Sul viu a área destinada ao cultivo dessas 3 commoditties crescer, aproximadamente, 4 vezes mais que sua área plantada total, 41,6 contra 11%.

2.2. Da Comida Nossa de cada Dia: do arroz, do feijão e da Mandioca (da farinha)

Analisemos, agora, a evolução da área cultivada de três produtos importantíssimos na mesa diária do brasileiro e responsáveis pelo nível de vida dos trabalhadores assalariados, pois são bens salário. Referimo-nos à produção de arroz, de feijão e de mandioca.

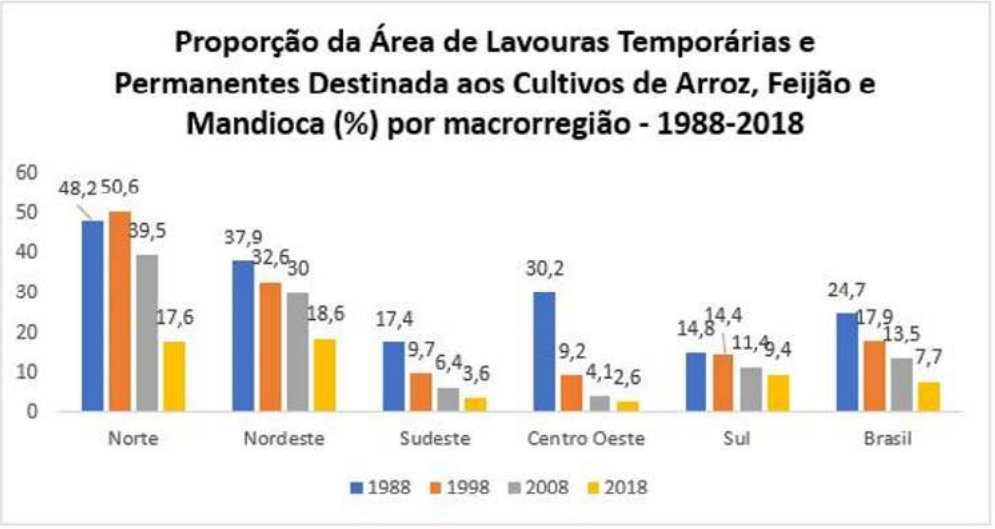

Figura 6: Proporção da Área de Lavouras Temporárias e Permanentes Destinada aos Cultivos de Soja, Milho e Cana de Açúcar por macrorregião – 1988-2018

Fonte: PAM/IBGE, 2020. Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020

Logo à partida, destaca-se que, em 1988, o Brasil dedicava aproximadamente ¼ do total de sua área cultivada (24,7%) a essas três lavouras. Em 2018, essa proporção despenca: somente 7,7% da área total cultivada está dedicada a esses 3 produtos! Nenhuma região brasileira destinou mais de 20% da sua área cultivada ao cultivo do arroz, do feijão e da mandioca, em 2018. Até mesmo as duas regiões brasileiras que mais destinaram suas áreas a esses cultivos, a região Norte, chegou a destinar até 50,6%, em 1998, e a região Nordeste até 37,9%, em 1988, viram despencar esses índices para cerca de 18%, em 2018!

Já as regiões Sudeste e Centro-Oeste, de maior des-envolvimento[23] do ponto de vista dos grandes latifúndios empresariais com suas monoculturas de commoditties, dedicam ínfimos 3,6% e 2,5%, respectivamente, do total de suas áreas ao cultivo dessas lavouras destinadas à produção desses bens salário. Sublinhe-se, portanto, que toda a logística e investimentos na ampliação da área cultivada não se deu em função de ga-

23 Com a expressão des-envolvimento queremos problematizar a ideologia do desenvolvimento, inspirando-nos em

rantir as terras necessárias a abastecer a mesa do trabalhador.

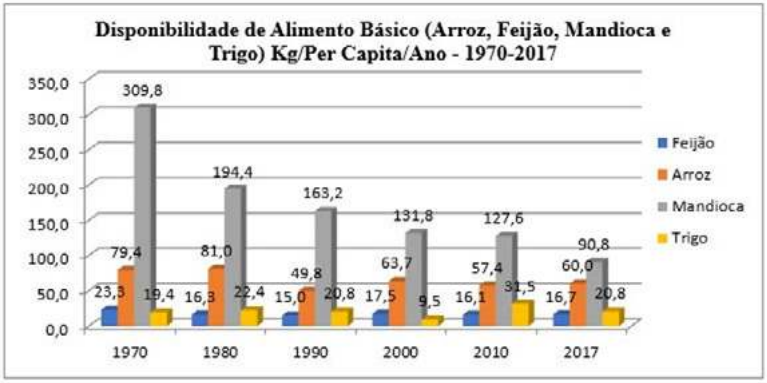

Figura 7: Disponibilidade de Alimento Básico (Kg/per capita) – Brasil – 1970-2017
Fonte: CEPASTAT, 2018.Elaboração: GeoAgrária-UERJ e LEMTO-UFF, 2020.

O processo de des-envolvimento agrário em curso no Brasil não foi capaz de garantir, em 2017, a mesma disponibilidade de alimentos básicos per capita que oferecia em 1970. A disponibilidade per capita de feijão, em 2017, era 28,4% menor do que em 1970; de arroz, 24,4% menor; de mandioca, 70,7% menor! Mesmo o trigo que, em 2017, tinha uma disponibilidade 7,3% maior que em 1970 correspondia a pouco mais de 50% das necessidades do país, pois nesse mesmo ano importamos a outra metade (Figura 7).

Observe-se que, no país como um todo, a área total destinada ao cultivo do arroz, do feijão e da mandioca caiu 60%, entre 1988 e 2018! Essa queda foi ainda mais pronunciada nas duas regiões de maior des-envolvimento capitalista, no Sudeste e no Centro Oeste, com quedas respectivas de 76,4% e 72,3%. Nas regiões Sul e Norte a queda foi menor, de 12,3% e 29,3% respectivamente, conforme imagem na próxima página.

O gráfico acima (figura 8) mostra claramente a relação entre a área plantada de com-

Miriam Limoeiro Cardoso em seu livro clássico A Ideologia do Desenvolvimento – JK 50 anos em 5 (Cardoso, 1978). Os que professam a ideologia do desenvolvimento olvidam que esse mesmo processo afeta o envolvimento dos camponeses, indígenas e quilombolas que habitam tradicionalmente amplas áreas do território brasileiro. Enfim, é de des-envolvimento que se trata onde práticas de violência promovem expropriação generalizada, processo esse com que seus protagonistas contam, mais uma vez, com a cumplicidade entre o (que deveria ser) público e o interesse da (grande) propriedade privada. Essa nossa crítica não anula outras, como as que enfatizam a concentração de riqueza, por exemplo.

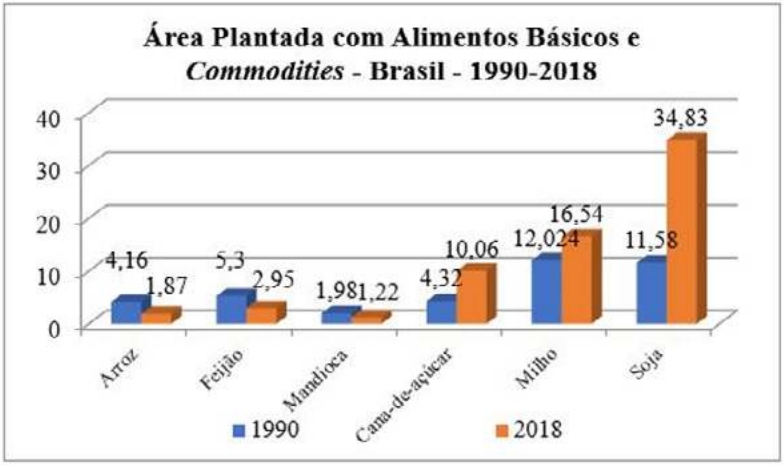

Figura 8: Área Plantada com Alimentos Básicos e Commodities – Brasil – 1990-2018
Fonte: IBGE. Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020.

modities e de alimentos básicos na mesa do povo brasileiro. Aqui fica evidente a discrepância entre os plantios e modos de uso da terra, evidenciando a predominância do agronegócio para exportação na modernização conservadora do território em detrimento da agricultura familiar camponesa.

***

Em suma, tivemos um aumento espetacular da área cultivada com lavouras temporárias e permanentes no país. Esse aumento foi extremamente desigual quando se considera as terras que foram destinadas à produção das três commoditties selecionadas e aquelas que foram destinadas ao cultivo de três produtos fundamentais da mesa diária do trabalhador e, por consequência, formadores da cesta básica de bens-salário. E, ainda, com uma dinâmica geográfica que avança em direção às regiões que estavam à margem, como os Cerrados, a Amazônia e, pouco se diz, em direção aos Pampas, tradicionalmente área de criação de gado, agora disputada pela expansão/invasão de commoditties. E, pouco se diz, áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas, posseiros, camponeses em geral e aquilombados.

Num momento em que tanto se propaga que agro é tech e tudo há que se indagar qual o sentido de tanto investimento de recursos da sociedade brasileira através do es-

tado, na criação de uma importante infraestrutura de transportes, portos e aeroportos, de comunicação, de energia, além de vultosos aportes financeiros que, na prática, tem servido mais aos negócios do agro, sobretudo aos grandes negócios.

Está em curso, portanto, uma completa reorganização do espaço geográfico brasileiro em benefício dos principais produtos pautados em dólar - as commoditties de soja, milho e cana de açúcar - e não de produtos que venham garantir a soberania alimentar. E, ainda que os ideólogos desse processo de des-envolvimento façam loas ao approach tecnológico[24] – o agro é tech – dando suporte à conquista de áreas novas, a importância da terra, enquanto condição de produção, tem sido negligenciada, o que os dados aqui analisados amplamente desmentem.

Assim, a terra torna-se elemento central nesse processo de des-envolvimento que nos é imposto, movido pela acumulação de capital e sua expansão territorial. Em uma sociedade capitalista como a nossa, a conquista de novas terras se retroalimenta. E, como vimos, no Brasil tradicionalmente a conquista de terras é também a afirmação da conquista do território no seu sentido político tradicionalmente enquanto base natural do estado.

Desse modo, os bandeirantes, o capitão do mato, os caçadores de índios e de negros fujões, o explorador de esmeraldas, e de ouro nos garimpos são, tradicionalmente, vistos como heróis nacionais na medida em que, ao realizarem seus apetites individuais de riqueza, afirmam um estado que faz vistas grossas para o que se passa no front. A colonialidade do saber e do poder sustenta o "branqueamento do território", conforme a feliz caracterização do geógrafo Renato Emerson dos Santos. O grau de crueldade que acompanha essas práticas violentas é inominável (Canuto, 2019).

A ideia de que mais terra permite ainda mais riqueza, na medida em que cada hectare de terra proporciona uma maior produção e acumulação de riqueza, retroalimenta a conquista de novas terras, como nossa análise documenta. O grau de concentração fundiária imanente a esse modelo/drama de des-envolvimento, em si mesmo, afasta a hipótese de que poderia beneficiar o meio ambiente evitando desmatamento ou melhorar o bem-estar social, até porque se baseia em monoculturas cujos agroecosistemas, sobretudo em regiões tropicais, implica alto consumo de agrotóxicos, além de muita energia. O complexo tecnológico implicado, sobretudo a escala de produção a que está associada, implica que só as grandes propriedades, leia-se os latifúndios e os

24 Consideremos o caso da tropicalização da soja e dos cultivos flex.

latifundiários, possam mover esse des-envolvimento, o que torna esse modelo/drama de des-envolvimento ambiental e socialmente insustentável. Ou, em outras palavras, torna politicamente sustentável esse modelo/drama extremamente desigual de des-envolvimento. A desigualdade lhe é imanente.

E, como assinalamos acima, as terras que estão sendo objeto de conquista não podem ser vistas como "expansão do capital" como dizem os protagonistas desse modelo/drama de des-envolvimento. Por trás da expansão há invasão, se nos colocamos do outro lado do front.

Eis a geografia que vem se desenhando no país com a derrota imposta, em 1964, às Ligas Camponesas e a todos que lutavam pela reforma agrária como parte de um projeto de Brasil com mais justiça social e, assim, mais democrático (Moore, 1991). Desde então, até mesmo a população rural diminuiu em números absolutos, a grande propriedade latifundiária se reafirmou se aliando aos capitais transnacionais, a área destinada ao cultivo de commoditties se ampliou exponencialmente, as áreas de cultivo de bens salário despencaram, novas regiões foram incorporadas com muita violência, sobretudo contra os cerrados, contra a floresta amazônica e contra seus povos. Em 2019, nada menos que 53.312.543 hectares de terras estiveram envolvidos em conflitos no Brasil, segundo a Comissão Pastoral da Terra. Isso implica que, em apenas um ano, 6,3% do total do território brasileiro foram objeto de conflitos.

3. Dos Conflitos no Campo e a Continuidade da Violência na Ruptura Política (2015-2019)

Até aqui, nossa análise mostrou as condições de possibilidade dos conflitos. Entretanto, essas condições não são suficientes para sua ocorrência, pois as estruturas, ou o que quer que seja enquanto condições de possibilidade, são experimentadas por homens e mulheres de carne e osso, conforme a feliz expressão de E.P. Thompson. Seu conceito de experiência, nos ajuda a entender que os corpos que experimentam essas condições o fazem com seus repertórios cognitivos próprios frutos de sua história, de suas memórias, de suas culturas.

No Brasil, por exemplo, a religiosidade popular está presente em inúmeras situações de conflitos, como em Canudos, no Contestado, no Caldeirão e tantas outras revoltas e

rebeliões. O nome de Belo Monte dado pelas autoridades ao que antes era a barragem de Kararaô-Babaquara, foi lembrado entre os ribeirinhos que resistiam à nova barragem como o nome do povoado de Antônio Conselheiro que também havia ficado de baixo das águas da barragem de Sobradinho, na Bahia nos anos 1980/1990. E essa lembrança os moveu em sua luta contra a nova barragem, conforme pudemos constatar entre os que faziam a cartografia social com os ribeirinhos.

De acordo com o Caderno de Conflitos no Campo da CPT (2019), podemos identificar que de 1985 (início do levantamento de dados pela CPT) aos dias atuais estamos diante de um intenso processo conflitivo no espaço agrário brasileiro. Entre 1985-2002 a média diária de ocorrências de conflitos no campo girou em torno de 1,65. Já entre 2003-2019 essa média dá um salto para 2,8 ocorrências diárias: um aumento de 69,7%! Sublinhe-se que, no subperíodo da Ruptura Política (o qual analisaremos a frente) – a partir de 2015 - a média diária é de cerca de 3,4 ocorrências diárias de conflitos por terra, um aumento de mais de 106% em relação ao primeiro período!

Considerando essas dimensões que revelam a intensidade dos conflitos no campo, em que predominam amplamente os conflitos por terra, é inegável que há uma questão fundiária no Brasil na exata medida em que os conflitos por terra, elemento essencial à produção/reprodução da vida, indicam que a terra está sendo objeto de questionamento e disputa no seio da própria sociedade. Assim, dizer que há uma questão (de reforma) agrária não é uma questão ideológica, mas empírica, na exata medida em que a terra está sendo posta em questão, como se vê com tanto conflito. A análise anterior acerca das condições de possibilidade dos conflitos, a concentração fundiária e seus distintos usos, demonstraram que há uma expansão/invasão de terras protagonizado pelos latifúndios empresariais com suas monoculturas de commoditties, em conexão orgânica com a criação de gado bovino diga-se de passagem que, geralmente, protagoniza no front a conquista de novas áreas geralmente com ligações com a grilagem, exploração ilegal de madeira e desmatamento de campos e florestas, conformando o que denominamos Complexo de Desenvolvimento Violência e Devastação (Porto-Gonçalves, 2008).

Analisemos, agora, os conflitos no campo a partir dos anos 1985, com ênfase no período da Ruptura Política (2015-2019), no qual assistimos a um aumento considerável dos conflitos e, portanto, da violência no campo brasileiro, acentuado em 2019.

***

Avaliamos que o fantasma da violência no Brasil voltou ao centro da cena política antes mesmo do resultado das eleições de 2018. A retórica belicista do candidato vito-

rioso, seus gestos com as mãos imitando armas apontadas como cumprimento aos seus correligionários, suas promessas explícitas de mudar a legislação ambiental, de rever as restrições à exploração mineral em áreas indígenas, de rever as demarcações desses territórios, assim como das áreas remanescentes de quilombos, logo se mostraram mais que retórica com o desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Incra, a extinção do Ministério do Trabalho, a nomeação para o Ministério do Meio Ambiente de um candidato não-eleito pelo Partido Novo, cuja campanha tinha como mensagem a violência explícita no campo. O ano de 2019 confirmou as expectativas, portanto: a violência aumentou. Entretanto, o que nossas pesquisas assinalam é que há muito de continuidade na aparente descontinuidade da violência que o ano de 2019 estaria assinalando. Seria um erro associar a violência exclusivamente ao novo governo. A violência agora está exposta e, assim, expõe uma tradição que, de certa forma, temos nos negado a aceitar.

Segundo dados do Incra, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Governo Federal, apontamos que desde o final dos anos 1990 há uma sistemática diminuição das terras demarcadas para fins de reforma agrária, das terras indígenas, das áreas quilombolas, de sucessivas regulamentações de terras griladas, na regressão da regulação ambiental (Vide figuras 2 e 3). Que todo o aparato administrativo para facilitar as exportações de commoditties agrícolas e minerais, vem desde o governo FHC, foi mantido ou foi aperfeiçoado nos anos subsequentes mostrando que tanto quanto o Consenso de Washington, que comandava as políticas em geral, havia o Consenso das Commoditties (Svampa, 2015) que, à direita e à esquerda, apoiava a expansão-invasão do capital na conquista das terras-águas-fauna/flora-subsolo-ar/vento/energia eólica-fotossíntese/energia solar contra os grupos/classes sociais que estavam em posse real de uso e/ou em busca de um pedaço de terra para viver.

Na formação territorial brasileira, vimos que a terra foi sendo ocupada reproduzindo a injusta concentração fundiária que sustenta a estrutura de poder extremamente assimétrica que está representada fielmente, tal como um espelho, no nosso parlamento. E é rigorosamente tal como um espelho que, como tal, é uma imagem invertida da realidade, onde a maioria não se vê representada, os minifundiários, os pequenos proprietários, os indígenas, os diferentes campesinatos, os quilombolas e seus parentes recém-desruralizados e sub-urbanizados. Não esqueçamos que somente há duas gerações nossa população deixou de ser majoritariamente rural: 1970 foi quando se deu, pela primeira vez, a inversão rural-urbana, ainda que de modo desigual no território brasileiro. A velocidade com que se deu esse processo confrontou-se com outras tempo-

ralidades/outras territorialidades de um modo extremamente violento. Comandando essa violência, as oligarquias latifundiárias tradicionais não se furtaram a lançar mão de uma ditadura (1964-1965) para derrotar os que lutavam por reforma agrária, à época liderada pelas Ligas Camponesas quando, pela primeira vez na nossa história, os camponeses se tornaram protagonistas políticos à escala nacional.

Essa violência histórica estruturante, de fato, vem se agravando. A expressão mais concreta, empírica, desse processo de larga duração (Braudel), pode ser observada através dos conflitos enquanto manifestação, em estado prático, das suas contradições.

Na análise que segue, da série histórica de ocorrência de conflitos de 1985 a 2019 (Figuras 9 e 10) e da luta de classes no campo brasileiro, através das informações das categorias sociais implicadas na ocorrências de conflitos (Figura 10), percebemos que o período imediatamente subsequente ao fim da ditadura até o processo constituinte de 1988 foi marcado pela intensificação da violência, sobretudo pelas ações protagonizadas pelas categorias sociais em situação de dominação (Grileiros, Fazendeiros, Madeireiros, entre outros). Registra-se que esse protagonismo violento das classes proprietárias teve como marco dois massacres, em Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, em 1996. A partir de então, novamente emerge na cena política nacional a questão agrária protagonizada pelas categorias sociais em situação de subalternização, em particular, através dos trabalhadores rurais sem terra. A própria autodesignação desse movimento como trabalhadores rurais sem terra é, ela mesma, indicativa do profundo processo desterritorializante que se dera durante a ditadura e a sua modernização conservadora sobretudo com a Revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) Verde que produzira não só grãos e carnes, mas também um verdadeiro exército de trabalhadores rurais sem terra. O que não estava no horizonte das classes dominantes é que esse grupo social se organizasse politicamente e pudesse se transformar em um importante agente político. Para evitar que esse grupo social se fortalecesse politicamente, uma deliberada campanha ideológica de desqualificação se deu com ampla difusão nos meios de comunicação, além da criminalização da principal prática/forma de manifestação do movimento que eram as ocupações de terra. Entre os anos 2000 e 2002 as categorias sociais em situação de subalternização, sobretudo os sem-terra e os assentados, apresentam uma queda acentuada nas suas ações. Ainda, os anos de 2003 em diante são os de maior conflitividade em toda a série histórica que vai de 1985 a 2019 (Vide Figura 1).

Observemos com mais detalhes essa dialética das lutas classes no campo brasileiro

entre 2003 e 2019 pois nos oferece uma chave interpretativa das contradições desse processo contraditório de des-envolvimento (Figura 9). Os sete anos que vão de 2007 a 2014 tiveram registros abaixo da média. Assim, os dois subperíodos dos extremos (2003-2007) e (2015-2019) foram os de maior conflitividade nesse período que é o de maior conflitividade em toda a série histórica que vem desde 1985 (Vide Gráfico 1). No entanto, atenção! No subperíodo de 2003 a 2007, a curva é descendente, enquanto no período de 2015 a 2019 é ascendente. O primeiro desses subperíodos, 2003 a 2007, tem uma média anual de 1402 ocorrências de conflitos e o último subperíodo, de 2015 a 2019, uma média anual de 1536 ocorrências de conflitos: um aumento de 9,6% na média anual de conflitos.



Figura 9: Ocorrências de Conflitos por Terra no Brasil – 2003-2019
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduíno. Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020.

O gráfico a seguir nos ajuda a qualificar, ainda mais, o contraditório processo de des-envolvimento em curso. No primeiro dos subperíodos analisados, 2003 a 2007, a conflitividade é protagonizada, no sentido forte do termo, tanto pelos grupos/classes sociais em situação de dominação (Grileiros, Fazendeiros, Madeireiros, Empresários, Mineradoras) quanto pelos grupos/classes sociais em situação de subalternização (Camponeses em geral, Posseiros, Quilombolas, Indígenas, Comunidades de Fundo e

Fecho de Pasto, Faxinalenses, entre tantas outras denominações). Enquanto no subperíodo que é o mais conflituoso entre todos os subperíodos registrados, isto é, o da ruptura política entre 2015 a 2019, o protagonismo dos conflitos é caracterizado pela absoluta predominância da violência das classes sociais em situação de dominação, a saber, por Grileiros, Fazendeiros, Madeireiros, Empresários, Mineradoras e agentes (que deveriam ser) públicos. Em números: tanto as categorias sociais em situação de dominação como aquelas em situação de subalternização tiveram praticamente o mesmo número de ações que protagonizaram conflitos no subperíodo de 2003 a 2007, com a média anual de 737 e 727 respectivamente. Já no período de 2015 a 2019, a média anual de ações protagonizadas pelas categorias sociais em situação de dominação foi de 1060, enquanto a média anual de ações das categorias em situação de subalternização foi de apensas 148. Em outros números: para cada ação protagonizada pelas categorias situadas em situação de subalternização as classes sociais em situação de dominação praticavam, em média anualmente, 8 vezes mais ações de violência!

Assim podemos afirmar, sem a menor sombra de dúvidas, que de 2015 a 2019 estamos no momento de maior conflitividade no campo brasileiro, em todo o período em que se tem dados registrados. O atual governo é a expressão de um processo violento que já estava em curso. Essa conflitividade é marcada pela absoluta predominância da violência das classes sociais em situação de dominação, enfim, pelos Grileiros, Fazendeiros, Madeireiros, Empresários, Mineradoras e agentes (que deveriam ser) públicos. O ano de 2019 se mostra, assim, como o ápice de um processo de violência que já estava em curso, na verdade desde 2008, quando os conflitos atingiram seu menor número e, desde então, vem subindo paulatinamente até ganhar forte impulso de 2015 para 2016 e atingir seu máximo em 2019.

Desde 2004 quando os conflitos atingiram então seu maior número eles começaram a diminuir até 2008 sendo que esse movimento descendente se deu de modo simétrico pela ação dos dois blocos de categorias sociais envolvidas em conflitos, seja as que estão em situação de dominação, seja as que estão em situação de subalternização. O que se verá, desde 2008 até 2019, é um processo divergente entre os dois blocos de categorias envolvidas em conflitos: enquanto as categorias sociais em situação de dominação aumentam sistematicamente suas ações de violência, as categorias sociais em situação de subalternização praticamente saem de cena: para cada 9 ações que deram origem a conflitos 8 foram iniciativa das categorias sociais em situação de dominação (8 contra um), enquanto no período de 2003 a 2007, a

proporção era de um para um.

O que nos chama a atenção é que esse processo violento que se dá no terreno concreto do espaço nosso de cada dia é praticamente invisibilizado para o conjunto da sociedade brasileira. As telas e os noticiários de jornal, rádio e TV deram todo destaque ao processo de ruptura política que se inicia em 2015 e que ganha ares de normalidade com as eleições de 2018, quando a violência de facto se vê legitimada pelas instituições que se querem democráticas que, segundo dizem os meios de comunicação, funcionam normalmente. Relembremos que logo após os resultados das eleições de 2014, que elegera Dilma Rousseff, os que perderam as eleições contestaram os resultados e abriram um processo de ruptura política que culminará com o impeachment da, então, Presidente e, logo a seguir, em 2018, com o "impeachment preventivo" (Renato Lessa) de Luiz Inácio Lula da Silva, então, candidato a presidente e líder nas pesquisas de opinião. Diga-se, de passagem, que o Juiz que condenara Lula da Silva e o retirara da corrida presidencial, logo depois aceitaria ser Ministro da justiça do novo presidente eleito.



Figura 10: Luta de Classes no Campo no Brasil – Ocorrências das Ações segundo as Categorias Sociais 1985-2019
Fonte: Caderno de Conflitos no Campo 2019 (CPT). Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020.

Queremos chamar a atenção para o fato de que a ruptura institucional já se iniciara no ano de 2015, não só com a desestabilização do governo então eleito, com os der-

rotados questionando os resultados eleitorais, como também com o próprio governo eleito nomeando como Ministro da Fazenda o Sr. Joaquim Levy, ligado ao candidato que havia sido derrotado nas urnas. Já ali começam a ser tomadas uma série de medidas contra os direitos sociais, trabalhistas, dos povos indígenas, da legislação agrária e ambiental que vieram a ser consagradas pelo governo pós-impeachment do Sr. Michel Temer, medidas essas que vão no mesmo sentido daquelas que o novo presidente eleito em 2018 viria explicitar. A violência que aumentara no campo contra os grupos sociais em situação de subalternização, desde 2015, mostra a sua cara também enquanto violência institucional com a ruptura política numa coerência rigorosamente assustadora[25]. Senão vejamos.

Desde 2015, os números da violência no campo brasileiro dão um salto e inauguram um outro período de aguda violência. De 2014 para 2015, a extensão de terras implicada em conflitos no Brasil teve um aumento de 168%! E de 2015 para 2019, quando atingiu seu máximo histórico, subiu 249%! Nesse último ano foram de 53 milhões e 313 mil hectares de terra, mais de 6% do território nacional foi objeto de disputa conflitiva.



Figura 11: Extensão de Terras em Conflito no Campo no Brasil - 2008-2019 (1000 hectares)

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Elaboração própria. LEMTO-UFF, 2020.

25 Para nós, pesquisadores que assistíamos à votação do impeachment junto com vários camponeses de várias regiões do Nordeste brasileiro em reunião no interior da Bahia, foi possível observar a perplexidade que manifestavam diante de deputados e senadores com larga tradição de práticas de violência e de grilagem ao arrepio da lei defendendo o afastamento da presidenta eleita em nome da lei e da ordem. E assistindo os meios de comunicação, e alguns intelectuais, dizendo que as instituições funcionam normalmente.

E, mais, em um só ano, 2017, ocorreram 5 massacres de trabalhadores rurais, números jamais atingidos em qualquer ano em toda a série histórica em que se registram sistematicamente conflitos no campo no Brasil desde 1985. No ano de 2019, as ocorrências de conflito atingiram seu máximo em toda mesma série histórica que se inicia em 1985 (Vide Figura 1).

Desde 2015 são registrados sistematicamente aumento na área desmatada na Amazônia e de focos de incêndio no Brasil. E não só, em novembro de 2015 ocorre, em Mariana-MG a tragédia da Vale contra o rio Doce e contra suas populações no que, até então, fora a maior tragédia do setor de mineração em território brasileiro. No entanto, em 2019, a tragédia criminosa se repetiria de modo ampliado contra a população de Brumadinho, também em Minas Gerais, pela mesma empresa Vale. Além disso, em 2019, um misterioso derramamento de petróleo que atingiu todo o litoral nordestino, o Espírito Santo e o Rio de Janeiro e, apesar da sua magnitude, as autoridades ainda hoje não foram capazes de identificar os criminosos[26].

Enquanto toda essa violência contra os grupos sociais em situação de subalternização e contra a natureza se dá no espaço concreto do dia a dia vemos a violência que se trama, mais uma vez, nos gabinetes para se apropriar das terras.

Vimos acima como a concentração fundiária é uma característica estruturante da formação territorial da sociedade brasileira. O espaço-tempo atual que emerge com a ruptura política de 2015, registra como a sanha pelo controle e domínio das terras marca nossa injusta estrutura de poder de modo reiterado e, até mesmo, perverso. Observemos a mais recente publicação com os dados fundiários (SNCR-INCRA apud Alentejano, 2020). Esses números são escandalosamente absurdos: em apenas dois anos, entre 2016 e 2018, o número de imóveis autodeclarados no Brasil por pretensos proprietários aumentou em 11,8%, passando dos 5 milhões e 770 mil registrados em 2016 para 6 milhões e 450 mil, registrados em 2018. Ou seja, 932 imóveis novos foram declarados por dia, incluindo sábados e domingos.

O ano de 2016 registra que haviam sido autodeclarados como imóveis uma área 571 milhões e 840 mil hectares, o que correspondia a 61,3% do território brasileiro. Assim, desde os primeiros anos da ocupação territorial colonial/desterritorialização dos povos originários de 1500 até 2016, ou seja, em 516 anos, foram apropriados como

26 Este artigo foi escrito entre abril e julho de 2020.

imóveis enquanto propriedade privada 571 milhões e 870 mil hectares. Em apenas dois anos, isto é, entre 2016 e 2018, esses números passaram para 775 milhões e 520 mil hectares autodeclarados como imóveis por pretensos proprietários: um aumento da área de 48,5%, em apenas dois anos, quando passaram a corresponder a 91,1% de todo o território nacional! Em outras palavras, em apenas dois anos, as classes proprietárias querem se apropriar de uma área que corresponde a 48,5% do total da área apropriada em 500 anos de história!

Essa apropriação/expropriação volta a ser extremamente desigual, como tem sido ao longo da história, haja vista que, em 2016, do total das terras declaradas como imóveis 47,4% estavam em mãos de Grandes Proprietários. A diferença de área autodeclarada como imóvel em 2018, em relação a 2016, foi de 203 milhões e 680 mil de hectares. Desse total, 173 milhões e 490 mil hectares, ou seja, 85,2% foram declarados por 152 mil Grandes Proprietários que, desse modo, passavam a ser donos de 60,8% do total das áreas apropriadas com seus imóveis quando, em 2016, era de 47,7% do total. Com esses novos números, cada Grande Proprietário estaria se apropriando, em dois anos, de uma área média de aproximadamente 21 mil e 500 hectares. A concentração fundiária que já era extremamente injusta adquire proporções de escândalo!

Acrescentando-se a esse número da área autodeclarada em 2018 as áreas das Unidades de Conservação, de 154 milhões e 433 mil; das Terras Indígenas, de 117 milhões e 956 mil hectares e as áreas reivindicadas pelos Quilombolas, de aproximadamente 54 milhões e 411 mil hectares[27], a área territorial do país seria de aproximadamente de 1 bilhão de 97 mil hectares. O absurdo é que, assim, a área total do país seria 29% maior que o território brasileiro, que tem aproximadamente 850 milhões de hectares!

Categoria/Ano	2016	2018	% de Crescimento
Minifúndio	54.830	59.370	8,3
Peq. Propriedade	98.110	108.020	10,5
Média Propriedade	121.240	136.970	13
Grande Propriedade	297.670	471.160	90,6
Brasil	571.840	775.520	35,6

Figura 12: Área dos Imóveis Rurais por Classe de Propriedade no Brasil 2016-2018

Fonte: SNCR- INCRA. Elaboração própria.

LEMTO-UFF, 2020.

27 Área calculada com base nas unidades já reconhecidas e tituladas pela Fundação Cultural Palmares e pelo Incra e projetando que essa área seja uma amostra em relação ao total de áreas demandadas e ainda não reconhecidas e tituladas.

Duas questões se impõem: a primeira, diz respeito ao fato da terra ser um elemento central na dinâmica da formação territorial brasileira e, a segunda, diz respeito à concentração fundiária. Tudo indica que a terra se torna cada vez mais importante quanto maior é o desenvolvimento tecnológico. A avidez na apropriação das terras assim o demonstra. Os dados são tão eloquentes como a desfaçatez que acompanha o esbulho de terras públicas originalmente ocupadas por indígenas, quilombolas, posseiros e camponeses vários. Permitam-nos precisar o sentido que emprestamos quando falamos de originalmente ocupadas, haja vista que o fazemos não para assinalar uma questão temporal, mas sim que há uma apropriação com origem na vida, antes de qualquer regulamentação jurídica formal por parte do estado, haja vista que esses grupos/classes sociais estão em posse real de uso da terra, de seus territórios.

Enfim, a avidez por parte dos grandes proprietários na apropriação das terras subjaz ao fato de mais de 53 milhões de hectares ter sido objeto de conflitos por terra no ano de 2019, o maior registro já feito pela CPT em toda a série histórica que começa em 1985. E que esses 53 milhões hectares de terra registrados em conflito não passa de uma parte dos 203 milhões e 680 mil de hectares declarados a mais em 2018 em relação a 2016 como imóveis.

Do ponto de vista científico não poderia haver melhor síntese da violência territorial que caracteriza nossa formação social, com o massacre contra os trabalhadores rurais, contra os camponeses e povos e comunidades tradicionais e contra a natureza. Massacre esse intimamente atravessado por recortes de raça, classe e gênero, sendo elitista, misógino e racista, como violência colonial. Ressalve-se, entretanto, que o que aparece como uma boa síntese do ponto de vista científico é uma tragédia social e ambiental inominável para aqueles e aquelas que as sofrem!

Uma causa imediata para todo esse drama vivido pelos grupos sociais em situação de subalternização pode ser encontrada na queda generalizada dos preços das commoditties e a busca de compensação no rendimento das empresas com o aumento da exploração do trabalho e da natureza, sobretudo depois de 2011 e 2012. Afinal, o aumento das ocorrências de conflitos começa, na verdade, de 2009 em diante, depois da crise mundial do capitalismo de 2008 aumenta a especulação com os alimentos e faz aumentar o preço da terra e, depois de 2011-2012, vê cair o preço das commoditties. Registre-se, no caso da Vale, que foram suas instalações em Minas Gerais que colapsaram e não as de Carajás, no Pará. Considere-se que o teor de minério das jazidas da Vale em Minas é cerca de 40% mais baixo do que o ferro das minas do Pará. Em outras palavras, para garantir rendimentos lucrativos na extração de minério há que se fazer

um uso mais intensivo na exploração em Minas Gerais do que no Pará[28].

Mas atenção: isso que se pode admitir como causa imediata é, na verdade, prática histórica de nossas oligarquias onde o maior volume de produtos a serem exportados se dá pelo aperfeiçoamento tecnológico, como o foi com o engenho de açúcar no século XVI, com os engenhos e as usinas no século XIX e XX, como o é, hoje, com o plantio direto e o trator-teleguiado ou, simplesmente, com o aumento extensivo da área explorada, ou a intensificação da exploração mineral. Ou a mais perversa das combinações, qual seja, as duas modalidades ao mesmo tempo, como vem caracterizando o domínio do latifúndio que comanda nossa histórica modernização tecnológica sobretudo pós-anos 2000.

A modernização a serviço do conservadorismo, tão bem caraterizado pelo agronegócio, se mostra bem representado politicamente na bancada parlamentar do Boi, da Bala, da Bíblia, da Bula e dos Bancos! Na verdade, o que temos, hoje, é uma atualização dos cinco séculos de latifúndio, parodiando o título da obra maior de Alberto Passos Guimarães (Guimarães, 1963) protagonizados pelos "donos do poder" (Faoro, 1968), permitem-nos juntar duas tradições teórico-políticas distintas que, de diferentes ângulos, nos ajudam a entender esse capitalismo burocraticamente administrado chamado Brasil, cuja tradição se atualiza com o rentismo do Plano Real, a destruição da indústria nacional que faz com que o agro, além de tech, seja pop e seja tudo, enfim, aprofundando o desenvolvimento do subdesenvolvimento, pois aumenta a dependência (Frank, 1973). Sublinhemos, aqui, uma tese que atravessa nosso artigo: sendo a Revolução Verde uma revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia, ela só foi possível ao se impor, com violência, com a ditadura de 1964-1985, contra a "segunda descoberta do Brasil" (Josué de Castro) das Ligas Camponesas. Foi ela que tentou descampenizar o Brasil com sua "agricultura sem agricultores" que promoveu uma profunda desruralização e um aumento espetacular da população sub-urbanados anos 1960 a nossos dias.

Os dados e fatos ocorridos e aqui analisados no novo período que se delineia desde 2015, o da Ruptura Política, como o chamamos, nos autorizam a afirmar que entramos numa nova fase histórica com um aguçamento da violência que, em sua descontinuidade, conserva e dá continuidade às assimétricas e injustas relações sociais e de poder que estruturam a sociedade brasileira.

Já estava em curso uma regressão nas legislações agrária e ambiental, haja vista

28 Consta que a diretoria executiva da Vale, desde que deixou de ser uma empresa estatal, passou a ter predominância de diretores com vasta experiência no mercado financeiro e praticamente sem geólogos entre seus altos dirigentes.

a queda exponencial das desmarcações de terras indígenas e quilombolas, das áreas de assentamentos rurais. O espetáculo dantesco da construção da hidroelétrica de Belo Monte, onde várias equipes técnicas dos órgãos ambientais e da Funai foram afastadas para não impedirem sua construção e o des-envolvimento, assim como na desregulamentação da legislação ambiental para permitir a exploração do novo front da exploração de petróleo no litoral Norte que vai do Pará ao Rio Grande do Norte, no governo Dilma Rousseff, já anunciavam a tendência que vem sendo agora publicamente anunciada com absoluta desfaçatez (Pereira, 2014).[29]

O que a análise aqui proposta indica é que a violência institucional que chamamos de ruptura política, amplamente noticiada, agora se vê explicitada com a violência histórica que também se mostra de modo mais agudo nesse período. Enfim, um Brasil onde a violência histórica se mostra no Planalto e na planície, no brasil e em Brasília, como metáforas espaciais onde já não se esconde mais a violência que se abate contra o Brasil profundo, até aqui invisibilizada.

Quando, em 2019, ouvimos um discurso oficial de governantes que traz à tona toda essa violência constitutiva originária, parte da sociedade parece perplexa com o Brasil mostrando (essa) sua cara, como diria Cazuza, destruindo as precárias instituições que estabeleciam algum diálogo com parte da chamada sociedade civil organizada e propõe o desmonte das legislações ambiental, agrária e indígena com todo seu racismo e toda sua misoginia culturalmente histórica. Para nós que, como pesquisadores, acompanhamos de perto a violência que, descrita, parece invenção ou coisa do passado, tal a sua crueldade e desfaçatez, pudemos verificar a incredulidade como, nesse outro Brasil profundo, se vê os discursos que falam que "as instituições estão funcionando normalmente" e que "nossas instituições democráticas estão em perfeito funcionamento"[30].

Tudo indica que o monstro escapou do controle quando uma direita que se dizia civilizada resolveu mexer com as instituições que consideravam sólidas, quan-

---

29 A Doutora Carolina de Freitas Pereira em sua tese de doutorado, já reunira o conjunto de projetos de leis que procuravam legalizar as práticas anti-indígena, anti-quilombola, anti-camponesa e contra natura que se agitavam no Congresso Nacional. (Pereira, 2014)

30 Parece o mesmo discurso que vimos em Correntina quando os agronegociantes se mostraram perplexos diante da violência vinda de baixo porque acreditavam piamente que tudo que faziam era não só legalmente sancionado pelos órgãos do estado, como pela melhor ciência disponível para a acumulação de riquezas. Mas essa mesma perplexidade pudemos assistir in loco, também na Bahia, quando um ano antes assistíamos junto com camponeses a votação do impeachment quando deputados regionais votavam contra a Presidente que consideravam sua e que, na região, mantinham laços com a ilegalidade da grilagem, essa prática perversa que sempre implica conivência do poder (que deveria ser) público.

do perderam as eleições presidenciais de 2014 por uma margem relativamente pequena, e resolveram, de imediato, não reconhecer os resultados das eleições. Diga-se, de passagem, que os vitoriosos nas eleições se sentiram acuados a tal ponto que nomearam para Ministro da Fazenda um político do campo do adversário, o Sr. Joaquim Levy, que colocaria em prática a política que acabara de ser derrotada nas eleições. Teríamos aí o primeiro momento de ruptura? Deixemos a pergunta para os cientistas políticos, mas convidando-os a ver o processo e os grupos/classes sociais instituintes e não só as instituições, como soe acontecer com uma ciência política da ordem. Afinal, a violência no campo se aguçava no momento e, desse modo, identificamos um processo que se dá por cima e por baixo, ao mesmo tempo, haja vista que, nesse mesmo ano de 2015, a violência histórica no campo contra os trabalhadores e comunidades e contra a natureza, adquire uma intensidade sem precedentes, quando consideramos os dados disponíveis sobre conflitos no campo desde 1985 até 2019. E, do ponto de vista das instituições formais, a ruptura política iniciada em 2015 culminará com os resultados das eleições de 2018. E, repetimos, parece que o monstro escapou do controle e aquele doutor bem vestido, que ocultava o velho/atual coronel e o capitão do mato atrás da cena, como bem caracterizou Victor Nunes Leal em seu clássico Coronelismo, Enxada e Voto, agora o vê sem máscara à frente da política. Enfim, o velho capitão do mato está aí.

A violência protagonizada pelas categorias sociais em situação de dominação que ora domina a cena política, tal como um vírus, para viver precisa destruir vidas de que se alimenta. Necropolítica? E, à sua revelia, um outro vírus (SARS-CoV2) entrou pela porta da globalização, e haveria de ajudar a trazer o Brasil profundo para a cena política: descobriu-se que, no Brasil, havia entre 39 e 46 milhões de pessoas invisíveis, que sequer tinham qualquer documentação para receber a ajuda emergencial que se destinava a outros abaixo da linha da pobreza com números parecidos. Quando se abriu alguma possibilidade de ajuda emergencial cerca de 97 milhões de brasileiros se habilitaram entre os que já eram objeto de políticas supletivas e os novos. E ainda têm aqueles que querem voltar à normalidade![31]

31 Uma recente reportagem levada ao ar em 19/04/2020 pela TV Globo dá mostras cabais de tudo que nesse artigo analisamos. Mostra uma área indígena sendo invadida por grileiros, madeireiros, fazendeiros, com seus jagunços e milicianos, apoiados por vereadores, deputados e senadores que, inclusive, na reportagem aparecem reunidos com o atual Presidente da República. Os invasores falam abertamente que estavam agindo na firme convicção que estavam apoiados pelas autoridades e que os que para ali se dirigiam de outros estados e municípios deveriam transferir seus títulos de eleitores para que a ilegalidade se tornasse politicamente legalizada nas próximas eleições. Imaginemos o significado da

Não olvidemos, entretanto, que a agenda política ora em curso ganha forma desde 2015 e, desde então, vem se aprofundando, mas dá continuidade ao consenso das commoditties de uma história de larga duração.

4. Conclusões para abrir o debate: A centralidade e atualidade da questão (da reforma) agrária no Brasil

Nossa análise deixou evidente a continuidade da violência na descontinuidade de nossa formação sociogeográfica. Há uma violência de origem que nos acompanha até hoje, enquanto violência territorial marcada pela colonialidade em suas dimensões capitalistas, raciais e patriarcais. Essa violência investiu os homens de cabedal das prerrogativas da conquista e, já ali, a indistinção entre o (que deveria) ser público e o privado. Essa violência está aí, atuando, atualíssima.

A essa violência de larga duração se imbrica uma violência que advém do caráter mercadoria imposto à terra, que a tornou escrava, com a Lei de Terras de 1850, sem não antes garantir, com o Código Civil de 1832, que o latifundiário, homem de cabedal, fosse incumbido de funções (que deveriam ser) públicas. O coronelismo implica a violência inerente à formação militar feita personagem social. O capitão do mato, o jagunço, o miliciano e o matador de aluguel são seus parentes. Estão aí, atuando, atualíssimos.

A terra-mercadoria, com a Lei de Terras de 1850, se fez garantindo a sobrevida do caráter racista, pois escravo não podia comprar terra, ainda que tenha havido exceções, e também garantindo que, com a abolição, se importasse mão de obra colonial alemã e italiana reafirmando o branqueamento do território. A esses brancos imigrantes foi garantido o acesso à terra, uma colônia que seja e, em São Paulo, muitos foram trazidos para substituir a mão de obra escrava. Mas veio a Revolução de 30 e, apesar do movimento tenentista dos anos 1920 falar de reforma agrária, nada de acabar com o latifúndio, nada de reforma agrária. Ao contrário, a nova legislação trabalhista de 1943, não era extensiva ao campo,

expressão "as instituições democráticas estão funcionando perfeitamente", que costuma ser veiculada nesses meios sem nenhuma cerimônia. Talvez por isso, sintam-se perplexos com a atual violência explicitada! Consultar https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/04/19/audios-e-videos-revelam-detalhes-de-esquema-de-grilagem-dentro-de-terras-indigenas.ghtml.Consulta realizada em 18 de maio de 2020.

onde viviam 70% dos brasileiros! Em suma, no latifúndio o domínio do poder privado não tem mediações. É absoluto. E o estado regula esse mundo entre o ser e o não-ser, bem sintetizado no brasão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, onde um ramo de café e outro de cana são protegidos pelo poder (que deveria ser) público. O patrimônio acima da vida! Cunhou-se um brasileiro, ao longo de nossa formação territorial, naquele sentido que os portugueses davam aos que voltavam ricos do Brasil. E brasileiro era (é?) aquele que vivia (vive?) de explorar o Brasil. Estão aí, atuando, atualíssimos.

Ao longo da nossa história e ao largo de nossas geografias houve aqueles e aquelas que forjaram territórios livres em meio a tanta violência e opressão, seja aquilombando-se, seja se apossando de terras como terra de trabalho, seja lutando para permanecer onde sempre estiveram, como os povos originários, ou, ainda, se reterritorializando nesse imenso território. Muitos foram os encontros e desencontros também entre os sem eira nem beira, mas que tiveram que garantir sua existência com seu saber pescar, saber colher, saber plantar, saber curar-se (suas medicinas), saber proteger-se das intempéries (suas arquiteturas), com suas festas, rezas, bordados, cerâmicas e outras artes. E ali, nos anos 1950', ensaiaram sair de suas localidades e se tornarem protagonistas numa outra escala, a nacional, com as Ligas Camponesas. Aliás, se conectaram com o espírito da época quando os camponeses haviam protagonizado revoluções, como a chinesa, de 1949, e a cubana, de 1959[32].

Pois bem, o fantasma da revolução brasileira, que as Ligas Camponesas tão bem encarnaram, fez com que as oligarquias se aliassem, de outro modo, ao Grande Dinheiro internacional e protagonizassem um golpe que também chamaram revolução, em 1964. Fizeram, então, do latifúndio improdutivo tão denunciado, um latifúndio produtivo com a Revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) Verde. Expandiram/invadiram com seus latifúndios os cerrados do Planalto Central do país e a Amazônia, esvaziando o campo de gente até onde puderam. E pensam poder tudo! Parecem querer eliminar o que consideram o último camponês, o último indígena, o último quilombola que atrapalham o (seu) progresso. Estão aí, atuando, atualíssimos.

Mas há r-existência de indígenas, de quilombolas, de seringueiros, de castanheiros, de mulheres quebradeiras de coco babaçu, de comunidades de fundo e fecho de pasto, de faxinalenses, de mangabeiras, de caiçaras, de retireiros, de cipozeiros,

32 Não houve revoluções no século XX em que os camponeses não tenham tido um papel protagônico, desde Zapata e Villa, no México em 1910, na Rússia com o SRs se aliando aos bolcheviques, até a Revolução Cubana.

de pescadores, de ribeirinhos, de caatingueiros, dos sub-urbanizados das periferias entre tantos que escrevem/grafam na terra, geografam, seus nomes nessa geografia. E como as identidades são contrastivas, como bem dissera Roberto Cardoso de Oliveira (Oliveira, 1964), trazem as marcas da vida não-humana em seus nomes: seringa, castanha, mangaba, cipó, babaçu, peixes, rios, caatinga, nas marés, rocinhas, manguinhos e restingas[33], pasto para não falar da ancestralidade, ou seja, dos tempos de larga duração que nos habitam, são atuais, como suas identidades indicam. E, por isso, tanta violência subjaz a esse processo de des-envolvimento dos negócios e dos negociantes do agro de hoje e de sempre. E, como não poderia deixar de ser, também entre os "de baixo". Estão aí, atuando, atualíssimos.

Dada a centralidade da produção primária, cuja importância volta a crescer desde os anos 2000 com o agronegócio e a produção mineral, é na dinâmica da vida no campo que se haverá de identificar o caráter estruturante das assimétricas relações de poder históricas da acumulação dependente da sociedade brasileira, que se tornam atuais, isto é, atualizadas, nas diferentes circunstâncias das lutas de classes, como verificamos.

Essa violência se configura como estruturante da sociedade brasileira como um todo, mesmo quando ela se vê cada vez mais urbanizada, ainda que de modo precário. Assim como registramos que somente 8% dos assassinatos cometidos contra os que lutam pela terra foram a julgamento, os assassinatos em nossas cidades têm atingido cifras que chegam à casa de 50.000 a 60.000 mil pessoas por ano, com uma proporção igualmente ínfima de casos submetidos a julgamento.

Entre as vítimas principais dessa violência encontram-se os jovens, sobretudo negros, e as mulheres das periferias. Enfim, o racismo e o patriarcalismo, negligenciados nas análises de nossa formação territorial, se revelam na vida cotidiana de nossas cidades, desses que foram expropriados de modo violento pelo poder que se estrutura sobre a enorme concentração fundiária. Lembremos que grande parte de nossa população urbana é filha das duas últimas gerações de famílias que foram expulsas do campo.

A concentração fundiária se reproduz nas cidades e avança na suburbanização da vida precária nas periferias. Assim, é preciso ver o latifúndio, a monocultura de exportação, a modernidade tecnológica, a superexploração do trabalho, inclusive a herança da escravidão, o racismo e o patriarcado como uma hierarquia perversa que

33 Marés, Rocinhas, Manguinhos e Restingas são alguns nomes de comunidades urbanas periféricas que escrevem seus nomes inscritos na natureza com que tiveram que se haver/construir.

atravessa o campo e a cidade que, talvez, a expressão "curral eleitoral", usada mesmo no mundo urbano, nos faça lembrar seu caráter originário na vida do campo, hoje tão bem caracterizada pela Bancada do Boi, da Bala, da Bíblia, da Bula e do Banco que vêm sustentando diferentes governos.

E, no entanto, mesmo ali medra um outro mundo. Uma das práticas mais comuns nessas periferias urbanas é o mutirão, palavra de origem tupi-guarani que significa ajuda mútua[34], o que indica que uma colonização ao revés se fez nas cidades pelos grupos/etnias/classes em situação de subalternização, opressão e exploração haja vista que são práticas trazidas ao urbano pelos condenados da terra. Quem sabe entre essa gente o proletariado esteja sendo reinventado pelos que cuidam da prole e, sabemos, tem cabido às mulheres essa tarefa, principalmente. E o trabalho não-pago à mulher para cuidar dos filhos, dos mais velhos e dos doentes, ao lavar as roupas de toda família, de fazer a comida, enfim, esse trabalho não pago é que permite a mais valia ainda maior dos seus companheiros e maridos enquanto assalariados diretos do capital, quando não por elas mesmas em múltiplas jornadas de trabalho (Federici, 2017 e Gibson-Graham, 2011). E, sendo trabalho não-pago, é parte da mais valia social. Em nossa formação dependente, em que a superexploração do trabalho nos estrutura, as mulheres cumprem um papel central. Que nome se dá às múltiplas jornadas de trabalho senão mais valia absoluta!

Deste modo, a produção e extração da mais valia não se restringe ao mundo da empresa capitalista nas fábricas, por exemplo, mas em todo o espaço social. É preciso que consideremos o espaço da produção e o da reprodução ao mesmo tempo. E devemos lembrar que salário deriva de sal, aquilo que conserva a carne, e que a prole é, hoje, a carne proletária de amanhã. E "a carne mais barata do mercado é a carne negra", já nos ensinaram os poetas que vêm o centro do problema desde as periferias[35]. E, assim, a identidade de classe se mostra, ao mesmo tempo, de raça e de gênero, exigindo assim novos repertórios teórico-políticos.

A violência atravessa nossas relações sociais e de poder de um modo sócio histórico próprio e se configura como cultura, enfim, como forma naturalizada (habitus) de resolver conflitos, nas diferentes esferas da vida, como se vê na violência doméstica

34 O mesmo se vê no mundo andino, onde faz o ayni e a minga que têm o mesmo significado, ajuda mútua, com os indígenas colonizando o urbano entre os de baixo, se nos permitem a ressignificação antropofágica do colonial.

35 Verso do poema-musical A Carne de Marcelo Yuka, "Seu" Jorge e Ulisses Capelleti.

onde sua dimensão misógina se destaca, mas também em outras escalas enquanto violência racializada e de classe onde impera a superexploração do trabalho, mas também contra a vida não-humana, pois mata e desmata ao mesmo tempo.

Essa forma naturalizada com que a cultura se faz habitus (Bourdieu), no entanto, logo se mostra aberta às vicissitudes histórico-geográficas, ao sabor do calendário e das geografias, quando os grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração manifestam sua pulsão de vida, que inclui a pulsão de morte, diria Freud, e questionam as relações sociais e de poder a que estão submetidos lembrando que não são subalternos/oprimidos/explorados, mas sim que estão em situação de subalternização/opressão/exploração. Não estranhemos, pois, que também aqui a violência se faça presente, ainda que insinuando outra ordem que, necessariamente, não é nenhuma garantia que será eterna. O povo de Correntina em 2017 lançou essa mensagem de digna raiva (Porto-Gonçalves e Britto Chagas, 2019).

Enfim, em meio à violência cotidiana e institucionalizada que nos conforma, nossa história, em vários momentos e em diferentes geografias, viu levantes, revoltas e rebeliões com experiências fantásticas como as do Quilombo dos Palmares, e seus líderes Zumbi e Ganga Zumba; de Sepé Tiaraju – "Essa terra tem dono" – líder dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul (1756); a Cabanagem, na Amazônia (1935-38), e outras que envolveram lideranças religiosas como a Revolta dos Quebra-Quilos (1872-1877), em Campina Grande, na Paraíba, liderada por João Vieira, o João Carga d'Água; a Revolta do Caldeirão, com o Beato José Lourenço, no Crato, Ceará (1937), com Antonio Conselheiro, em Canudos, em Belo Monte, Bahia (1897) e o Beato José Maria, no Contestado, no PR e SC (1912-1916). Ou ainda em Trombas e Formoso, liderada por José Porfírio, em Goiás (anos 1950-1964), e na Guerrilha do Araguaia, no Pará (anos 1970), com influência comunista. O momento maior em termos de escala geográfica foi, sem dúvida, as Ligas Camponesas, por seu alcance nacional e por se conectar com um espírito de época onde o campesinato adquirira protagonismo à escala internacional. Foi contra elas, as Ligas Camponesas em particular, que se forjou a contrarrevolução de 1964. Sua forma própria de derrotá-las foi transformando o latifúndio em latifúndio produtivo com a Revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) Verde.

Em suma, o rural e o urbano estão mais imbricados do que imaginamos. Nas nossas sociedades periféricas, o campo continua, apesar das aparências, a dar as cartas. E estão presentes também no urbano entre os de baixo fazendo mutirões e cirandas. O

domínio dos "de cima" nos dá esse-mundo-que-aí-está em crise e que se formos capazes de desvendar suas contradições, quem sabe, possamos ver esses outros horizontes para a vida que grassam entre os "de baixo". Quem sabe devamos valorizar mais o eixo "entre os de cima e os de baixo", além do eixo entre "a direita e a esquerda", como até aqui eurocentricamente nos vemos, e assim, ampliarmos a clivagem entre grupos/etnias/classes. Ou, quem sabe, de baixo e à esquerda.

Não estranhemos, pois, que a violência esteja presente, sobretudo em momentos de crise de hegemonia, como o que estamos vivendo. Afinal, como não estar presente se ela constitui nossas relações sociais e de poder desde sempre?! A violência, mesmo que estruturando as relações sociais e de poder, nunca pode prescindir de práticas outras que aproximem os homens e mulheres, os seres vivos em geral, humanos e não-humanos, como o geógrafo Piotr Kropotkin (Kropotkin, 2011) havia chamado a atenção, em sua crítica cientificamente sustentada, à redução da contribuição de Charles Darwin à luta pela sobrevivência, à lei do mais forte. Mas P. Kropotkin não reproduziu o binarismo que costuma acompanhar o pensamento hegemônico e não optou nem por Hobbes nem por Rousseau e criticou a ambos. E não opôs a luta pela sobrevivência à solidariedade, mas sim que a história da natureza e a história humana é atravessada por essa tensão constitutiva. Cientificamente não se pode ser a favor ou contra a violência, ainda que filosófica e politicamente possamos e devamos ser, haja vista que ela é constitutiva do ser vivo, ainda que para afirmar a vida há que se conformar algo em comum. Sigmund Freud haveria de identificar essa tensão que nos constitui enquanto pulsão de vida e pulsão de morte, sem separá-las, a não ser para análise. Pierre Clastres, em seu Arqueologia da Violência, haveria de repor a questão mais recentemente. E Barrington Moore nos convidara a considerar as raízes sociais da obediência e da revolta e, entre nós, nos anos 1980, Marilena Chauí nos mostrara que o conformismo e a resistência estão presentes na nossa cultura ao longo da história e ao largo das nossas geografias, nos permitam retomar a expressão. Não será ignorando a violência que haveremos de superá-la, mas sim considerando-a como parte de nossa natureza com que haveremos de historicamente saber aproveitarmo-nos criativamente de sua pulsão para tornar a vida digna de ser vivida. Afinal, os jogos não deixam de ser formas de dar sentido a essa pulsão da natureza através da cultura, das relações sociais e de poder.

A violência que hoje irrompe no nosso cenário político, e que Ailton Krenak fez questão de nos alertar para seu caráter capitalista colonial que nos governa a 500

anos, é uma clara manifestação da crise de hegemonia, enfim, da incapacidade de convencer pelo argumento, de com-vencer, de vencer com. É uma violência que teima em negar o outro, o diferente, que naturaliza a opressão e a exploração, enfim, a lei do mais forte, a luta de todos contra todos. Muitas das espécies mais frágeis na história da natureza foram capazes de montar estratégias de apoio mútuo que tornaram a vida mais complexa e, por isso, mais rica. E a história humana já foi capaz de superar a escravidão, a servidão e outras formas de opressão e exploração. As geo-grafias conformadas pela história e que a conforma com seus levantes, revoltas e rebeliões, como assinalamos ao longo desse artigo, são fontes de inspiração para quem busca uma vida digna onde a terra, enquanto metabolismo da vida, seja o comum entre os humanos e não-humanos com pão, paz, justiça, liberdade e ... poesia!

Referências

ALENTEJANO, Paulo. 2020. Crescimento das terras cadastradas no Incra e a MP 910: prenúncio de crime. In Jornal Brasil de Fato. Acesso: https://www.brasildefato.com.br/2020/04/30/artigo-crescimento-das-terras-

cadastradas-no-incra-e-a-mp-910-prenuncio-de-crime .

BIRMAN, Joel. 2009. Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BOURDIEU, Pierre. 1989. O Poder Simbólico. Ed. Difel, São Paulo.

CAMPOS, Nazareno J. de. 2011. Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-espacial. Ed. da USFC, Florianópolis.

CANAVÊZ, Fernanda. 2014. A violência a partir das teorias freudianas do social. Arq. Bras. Psicol. vol.66 no.1 Rio de Janeiro.

CANUTO, Antonio. 2019. Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense. Ed. Expressão Popular, São Paulo.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. 1978. A Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK-JQ. Ed. Paz e Terra, São Paulo.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. 2016. Os Involuntários da Pátria. Aula pública ministrada durante o Ato Abril Indígena, Rio de Janeiro em 20 de abril de 2016. Publicado em https://acasadevidro.com/2016/04/24/os-involuntarios-da-patria-por-eduardo-viveiros-de-castro-aula-publica-durante-o-ato-abril-indigena-cinelandia-rj-20042016/. Acesso em 18 de maio de 2020 às 18:56.

CASTRO, Josué de. 1967. Sete Palmos de Terra e um Caixão. Ed. Brasiliense, São Paulo.

CHAUÍ, Marilena. 1986. Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular brasileira. Ed. Brasiliense, São Paulo.

CLASTRES, Pierre. 1982. Arqueologia da Violência. Ed. Brasiliense, São Paulo.

DUSSEL, Enrique. 1492: O Encobrimento do Outro. A origem do "mito da modernidade". Ed. Vozes, 1993.

ESTERMANN, Josef. 2006. Filosofía Andina: Sabiduría indígena para un mundo nuevo. La Paz.

FAORO, Raimundo. 1968. Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro. Ed. Globo, Rio de Janeiro.

FEDERICCI, Silvia. 2019. Calibã e a Bruxa. Ed. Elefante, São Paulo.

FRANK, A. Gunder. 1973. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano. In: PEREIRA, Luiz (org.). Urbanização e Subdesenvolvimento. Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

_____.1980.Acumulação Dependente e Subdesenvolvido. Ed. Brasiliense, São Paulo.

FREUD, S. 1974 [1915]. Reflexões para os tempos de guerra e morte. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIV). Imago, Rio de Janeiro.

_____. 1976 [1921]. Psicologia das massas e análise do eu. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XVIII). Imago, Rio de Janeiro.

GIBSON-GRAHAM, J.K. 2011. Una Política Poscapitalista. Siglo de Hombre Editores, Bogotá.

GRAMSCI, Antonio. 1987. A Questão Meridional. Ed. Paz e Terra, São Paulo.

GUIMARÃES, Alberto Passos. 1963. Quatro Séculos de Latifúndio. Ed. Fulgor, Rio de Janeiro.

HARVEY, David. 2004. O Novo Imperialismo. Ed. Loyola, São Paulo.

HOLANDA, Sergio Buarque. 1957. Caminhos e Fronteiras. Ed. José Olympio, Rio de Janeiro.

KROPOTKIN, Piotr. 2012. Apoio Mútuo- um fator de evolução. Editora Deriva, Porto Alegre.

LEAL, Victor Nunes. 1975. Coronelismo, Enxada e Voto. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo.

LUXEMBURGO, Rosa. 1985. A Acumulação de Capital. Ed. Abril Cultural, São Paulo.

MARINI, Ruy Mauro. 1973. Dialética da Dependência. Ed. Era, México, D.F.

MARTINS, J. M. 1981 - O Cativeiro da Terra. Ed. Leach, São Paulo.

MEZAN, R. 1985. Freud, Pensador da Cultura. São Paulo: Brasiliense.

MITIDIERO, M., MARTINS, L. e MOIZÉS, B. 2020. O Parlamento e o Executivo na luta contra a reforma agrária e a preservação da natureza. In Caderno de Conflitos no Campo. Comissão Pastoral da Terra -

2019, Goiânia.MOORE, Barrington. 1978. Injustiça: As Bases Sociais da Obediência e da Revolta. Ed. Brasiliense, São Paulo.

_____. 1991. Los Orígenes Sociales de la Dictadura y la Democracia. El Señor y el Campesino en la formación del mundo moderno. Ed. Peninsula, Barcelona.

RAMA, Angel. 1985 - A Cidade das Letras. Ed. Brasiliense, São Paulo.

SADER, Eder. 2001. Quando novos personagens entraram em cena. Ed. Paz e Terra, São Paulo.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. 1964. O Índio e o Mundo dos Brancos. Ed. Unicamp, Campinas.

OLIVEIRA, F. H. de; HERZOG, R. 2010. Guerra, violência e pulsão de morte: uma articulação não evidente. In Psicol. Estud. vol.15 no.3. Maringá Sept. https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000300017 .

PEREIRA, Carolina de Freitas. 2014. Direitos territoriais em disputa: o movimento quilombola frente as estratégias dos representantes do agronegócio. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, sob orientação de Valter do Carmo Cruz.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2004. Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o barracão) à territorialidade seringueira (as reservas extrativistas). Ed. Ibama, Brasília.

_____. 2007. Amazônia: Complexo de Desenvolvimento Violência e Devastação. Revista Proposta, Ano 31 – n° 114 – Out/dez 2007. Fase/Rio de Janeiro.

_____. et all. 2018. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política de terra arrasada à luta pela dignidade. Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 708-730.

_____. e CHAGAS, Samuel Britto das. 2019. Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva. Uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA. Bom Jesus da Lapa, Bahia.

_____. et all. 2019. Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro. Caderno Conflitos no campo – Brasil 2018. ComissãoPastoral da Terra, Goiânia, 1919.

PRADO Jr., Caio. 1961 – A Formação do Brasil Contemporâneo. Ed. Brasiliense, São Paulo.

REICH, Wilhelm. 2001. Psicologia de Massas do Fascismo. Ed. Martins, São Paulo.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, M. L. 2004. As políticas do Banco Mundial para a estrutura fundiária brasileira. São Paulo: RSJDH, 2004

SANTOS, Renato Emerson dos. 2012. Sobre espacialidade das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: Questões urbanas e racismo. Rio de Janeiro: DO e Alli& Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

_____. 2009. Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639. CEAP, Rio de Janeiro.

SVAMPA, M. 2015. Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons. In Latin America South Atlantic Quaterly; Duke; Volume 114 p. 65-82.

TAPIA, Luis M. 2002. La producción del conocimiento local. Historia y política en la obra de René Zavaleta. La Paz: Muela del Diablo, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. A Economia Moral da Multidão Inglesa na Inglaterra do Século XVIII. Lisboa, Portugal: Editores Refractários, 2008

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: Lander, Edgardo (org.) La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso-Unesco, 2000.

VELHO, Otavio Guilherme. 1979. Capitalismo Autoritário e Campesinato. Ed. Difel, Rio de Janeiro.

ZAVALETA MERCADO, René. Lo Nacional-Popular en Bolivia. Cidade do México: Siglo XXI, 1986.